

POSFÁCIO DA EDIÇÃO DE 1995 DE “RELEVÂNCIA: COMUNICAÇÃO & COGNIÇÃO”*

Dan Sperber**

Deirdre Wilson***

Resumo: Este texto revisa o princípio de relevância definido em *Relevância: comunicação & cognição*, de 1986, e algumas noções a ele relacionadas. Desta revisão resulta a sistematização de dois princípios: o primeiro, cognitivo, postula que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância; o segundo, comunicativo, mantendo-se como na obra inaugural, estabelece que cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima. Além disso, discutem-se, aqui, os desenvolvimentos e as perspectivas da Teoria da Relevância.

Palavras-chave: pragmática; comunicação; cognição; teoria da relevância.

1 INTRODUÇÃO

Nos nove anos que se passaram desde a primeira publicação de *Relevância*, a teoria de comunicação que a obra propõe foi amplamente aceita, amplamente criticada e amplamente mal-compreendida. O livro foi traduzido em várias línguas¹; suas implicações para a teoria pragmática foram exploradas em um crescente número de livros e artigos; inspirou trabalhos em disciplinas vizinhas, incluindo lingüística, estudos literários, psicologia e filosofia. Na seção 2 desse posfácio, revisamos brevemente os principais desenvolvimentos que se seguiram desde que a primeira edição foi publicada².

* Texto publicado originalmente em inglês em: SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance: communication & cognition*. 2nd. ed. Cambridge, MA: Harvard University, 1995. p. 255-279. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira.

** Professor do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, de Paris. Doutor em Ciências Sociais.

*** Professora do University College, de Londres. Doutora em Lingüística.

¹ Francês (Paris: Editions de Minuit, 1989); russo (tradução parcial. Moscou: Progress Publishers, 1989); japonês (Tokyo: Kenkyusha Shuppan, 1993); coreano (Seoul: Hanshin Publishing Co, 1993); italiano (Milan: Edizioni Anabasi, 1993); espanhol (Madrid: Visor, 1994); bahasa, Malásia (no prelo).

² Esta revisão está longe de ser completa. Excluímos referências a artigos e listamos somente títulos selecionados de alguns autores cujas contribuições nós mais gostaríamos de agradecer. As importantes áreas de pesquisas, como as de estilo e entonação, não foi feita a justiça devida. Demos não mais do que exemplos da literatura existente, e sentimos as muitas omissões devidas à ignorância, equívocos ou falta de espaço.

Muitos críticos, a quem somos gratos, propuseram uma ampla variedade de objeções à teoria³. Tivemos a oportunidade de responder a maioria delas em uma série de publicações para as quais encaminhamos os leitores⁴. Essas críticas nos ajudaram a corrigir alguns equívocos no livro; elas nos tornaram conscientes das dificuldades de compreensão e das muitas possibilidades de mal-entendidos que a obra apresenta. Seja porque estivemos mais envolvidos, seja porque tivemos mais tempo do que nossos críticos para pensar sobre essas questões, achamos que os problemas mais sérios com nossa teoria foram aqueles que nós mesmos descobrimos. Na seção 3 desse posfácio, delineamos esses problemas e propomos algumas mudanças significativas de formulação e de essência.

2 DESENVOLVIMENTOS

Há agora um corpo substancial de trabalho esclarecendo e avaliando as idéias básicas da teoria da relevância. Isso inclui um resumo de *Relevância*⁵, dois manuais e amplas seções de uma enciclopédia de pragmática⁶, artigos expositivos destinados a audiências não especializadas⁷, e alguns ensaios críticos extensos⁸. As implicações da teoria foram exploradas em monografias e

³ Uma múltipla revisão de Relevance apareceu em *The Behavioral and Brain Sciences* (10 abr. 1987), com comentários posteriores de Politzer, 1990, Garnham e Perner, 1990 e Chiappe e Kukla, no prelo. Revisões maiores incluem: Fowler, 1989; Hirst, 1989; Jayez, 1986; Leslie, 1989; Levinson, 1989; Mey e Talbot, 1988; Pateman, 1986; Seuren, 1987; Travis, 1990; Walker, 1989. Veja-se também a nota 8.

⁴ Veja-se, por exemplo, Sperber e Wilson, 1987b, 1990, no prelo a; Wilson, 1992; Wilson e Sperber 1987. Veja-se também Blakemore 1994a.

⁵ Sperber e Wilson (1987a).

⁶ Blakemore 1992; Sinclair e Winckler, 1991; Moeschler e Reboul, 1994.

⁷ Veja-se, por exemplo, Gutt, 1986; Smith e Wilson, 1992; Sperber 1994; Wilson, 1994a; Wilson e Sperber 1986b, c. Itens de Enciclopédias que discutem aspectos da teoria da relevância incluem Blakemore 1988b, no prelo; Carston 1988b, 1993a, b; Kempson, 1988b; Leech e Thomas, 1990; Moeschler e Reboul, 1994.

⁸ Para crítica e discussão, veja-se nota 3 acima e Berg, 1991; Burton-Roberts, 1985; Chametzky, 1992; Charolles, 1990; Culpeper, 1994; Escandell Vidal, 1993; Gibbs, 1987; Giora, 1988; Gorayska e Lindsey, 1993; Grundy, 1995; Nebeska, 1991; Nishiyama, 1992, 1993, 1995; O'Neill, 1988; Roberts, 1991; Sadock, 1986; Sanchez de Zavala, 1990; Sinclair, 1995; Sun, 1993; Taylor e Cameron, 1987; Toolan, 1992; Wilks e Cunningham, 1986; Ziv, 1988. Para réplicas, veja-se a nota 4 acima.

dissertações⁹, há coleções editadas incluindo artigos em teoria da relevância¹⁰, há uma rede de e-mail para trocas de idéias e uma bibliografia para uso em sala de aula¹¹. Alguns projetos de pesquisa foram empreendidos; workshops informais foram organizados a cada ano em Londres, e conferências mais formais e séries de palestras foram organizadas pelo mundo. Não empreendemos aqui uma pesquisa dessa literatura diversa, mas meramente destacamos algumas das direções onde sentimos que trabalhos interessantes e frutíferos estão sendo feitos.

2.1 Comunicação explícita e distinção explícito-implícito

Grice parece não ter observado (ou ao menos não ter desenvolvido a idéia) de que o seu Princípio Cooperativo e máximas poderiam ajudar em outros aspectos da interpretação pragmática além dos recobertos pelas implicaturas: com a desambiguação e a atribuição de referências, por exemplo, que ele viu como contribuindo não com aquilo que é implicado, mas com aquilo que é (explicitamente) dito. Em *Logic and conversation*, ele dá a impressão de que o significado da sentença e os fatores contextuais são suficientes para dar conta da desambiguação e da atribuição de referência, e a maioria dos pragmaticistas griceanos simplesmente o seguiu nisso¹². Esse descuido teve duas importantes conseqüências. Primeiro, os pragmaticistas griceanos foram lentos para reagir aos extensos trabalhos psicolinguísticos

⁹ Dissertações publicadas incluem Blakemore, 1987; Blass, 1990; Forceville, 1994a; Gutt, 1991; Perrin (no prelo); Tanaka, 1994; Vandepitte, 1993; Dissertações não publicadas incluem Austin, 1989; Campbell, 1990; Clark, 1991; Espinal, 1985; Ferrar, 1993; Groefsema, 1992a; Happé, 1992; Ifandidou, 1994; Itani, 1995; Jodlowiec, 1991; Mao, 1992; Matsui, 1995; Pilkington, 1994; Politzer, 1993; Posnanski, 1992; Reboul, 1990a; Rouchota 1994a; Stainton, 1993; Zegarac, 1991. Monografias incluem Moeschler 1989a; Nasta 1991; Reboul, 1992a.

¹⁰ Estes incluem Carston e Uchida, no prelo; Davis, 1991; Guijarro Morales, 1993; Kasher, no prelo; Kempson, 1988a; Moeschler 1989b; Moeschler et al, 1994; Smith, 1989; dois fascículos de *Língua* (Wilson e Smith, 1992, 1993) que contêm a coleção representativa de artigos; e o anuário *University College London Working Papers in Linguistics*, que contém uma ampla variedade de trabalhos interessantes, dos quais nem todos podem ser individualmente mencionados aqui.

¹¹ Mitsunobu, 1993.

¹² Uma interessante reavaliação da contribuição de Grice para a filosofia da linguagem pode ser encontrada em Neale, 1992. Neale cita uma passagem de Grice (1957, p. 222) onde sugere que considerações de relevância podem auxiliar na desambiguação.

feitos sobre a desambiguação e atribuição de referência¹³. Segundo, eles tentaram garantir que os princípios pragmáticos não contribuem para o conteúdo explícito, e que qualquer aspecto da interpretação do enunciado, nos quais os princípios pragmáticos desempenham algum papel, é automaticamente uma implicatura¹⁴.

Em *Relevância* (capítulo 4, seção 2), rejeitamos essa visão da pragmática como de fato co-extensiva aos estudos das implicaturas. Introduzimos a noção de explicatura, paralela à noção de implicatura de Grice, e uma definição de comunicação explícita, que vimos como 'mais rica, mais inferencial e até mais merecedora da investigação pragmática do que fazem a maioria dos pragmaticistas na tradição de Grice'. O começo se deu pelo estudo da desambiguação e atribuição de referência a partir de uma perspectiva teórica com base na relevância. Também questionamos a sugestão de Grice (1989, p. 25) de que a desambiguação e a atribuição de referência são os únicos processos dependentes do contexto envolvidos na comunicação explícita, chamando atenção a um conjunto de processos inferenciais posteriores requeridos para completar a interpretação de expressões semanticamente incompletas, estreitar a interpretação de expressões vagas e, mais genericamente, enriquecer o significado linguisticamente codificado até um ponto onde a interpretação global resultante poderia ser suficientemente relevante.

A distinção entre comunicação explícita e implícita e o papel dos fatores pragmáticos na comunicação explícita têm sido o foco de muitas pesquisas recentes. Como destacamos em *Relevância* (capítulo 4, seção 3), a psicolinguística forneceu valiosos *insights* para os processos reais de desambiguação e atribuição de referência, investigando, por exemplo, quantas interpretações candidatas são ativadas, e em que ponto uma é selecionada e as outras dispensadas. Todavia, tem sido de pouco interesse para eles o que faz a

¹³ Isso inclui estudos de atribuição de referência dentro de um quadro griceano ampliado pelos psicolinguistas Herb Clark e seus associados (veja-se, por exemplo, que a noção de uma 'implicatura de ponte' é introduzida). O tratamento de implicaturas de ponte dentro de um quadro à luz da relevância é discutido por Matsui, 1993, 1995; Wilson, 1992, 1994b; Wilson e Sperber, 1986a. Veja-se também a nota 15.

¹⁴ Bach e Harnish (1979), numa excelente abordagem griceana da comunicação, abandonam o Princípio Comunicativo e máximas quando se referem a desambiguação, optando por fala informal de 'apropriação contextual'. Levinson, 1983, o manual padrão sobre pragmática, não contém nada sobre desambiguação, mas discute o papel da 'implicatura' na atribuição de referência nas páginas 34-35. Mais recentemente, Levinson (1987, 1988) forneceu um trabalho importante sobre atribuição de referência num novo quadro griceano, onde ele continua a falar que as 'implicaturas' contribuem para as condições de verdade não meramente no preenchimento de lacunas, mas em atribuição de referência em geral e também em desambiguação.

interpretação selecionada ser pragmaticamente aceitável e, nesse ponto, teóricos da pragmática têm uma contribuição a fazer. A teoria da relevância sustenta que na desambiguação e atribuição de referência, como em qualquer outro aspecto da interpretação, a primeira interpretação consistente com o princípio de relevância é a que o ouvinte escolheria¹⁵. Esse não é o critério sugerido pela maioria dos psicolinguistas, que tende a falar em termos griceanos informais. Enquanto a teoria pragmática pode contribuir para o desenvolvimento de um critério adequado, ela também se beneficia pelo fato de que a desambiguação e a atribuição de referência são mais amenas ao teste experimental do que a recuperação de implicaturas. Aqui, a colaboração entre pragmaticistas e psicolinguistas poderia ser benéfica a ambos.

Robyn Carston estudou a contribuição dos processos de enriquecimento para explicaturas em uma série de artigos importantes¹⁶; o papel da inferência na comunicação explícita está sendo agora ativamente explorado dentro e fora do quadro teórico da teoria da relevância¹⁷. Critérios foram propostos para distinguir explicaturas de implicaturas, e um estudo de caso foi feito para analisar alguns dos mais conhecidos exemplos de implicaturas generalizadas de Grice (*e.g.* as implicaturas temporais executadas por enunciados conjugados, as implicaturas de quantidade executadas por numerais tais como ‘dois’ ou ‘três’) como aspectos pragmaticamente determinados de conteúdo explícito. Muitos desses casos repousam numa distinção intuitiva entre conteúdo de condição-de-verdade e de não-condição-de-verdade, que é padrão através da literatura sobre atos de fala e griceana, mas que poderia ela própria ser proveitosamente reavaliada.

A reivindicação de que os princípios pragmáticos podem contribuir para o conteúdo explícito da mesma forma que para as implicaturas tem sido vista como problemática por todos aqueles que, seguindo Gazdar (1979),

¹⁵ Vários aspectos do tratamento com base na relevância da atribuição de referência são discutidos em Ariel, 1990; Blass, 1986; Forget, 1989; Foster-Cohen, 1994; Fretheim, 1996a; Gundel, 1996; Hawkins, 1991; Kempson, 1988c; Kleiber, 1990, 1992; Matsui, 1993, 1995; Reboul, 1992b, 1994a, 1994c; Récanati, 1993; Rouchota, 1992, 1994a, d; Wilson 1992, 1994b.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Carston, 1988a, 1993c, no prelo b. Para discussão, veja-se Atlas, 1989; Bach, 1994a, b; Levinson, 1987, 1988; Neale, 1992; Récanati, 1989; Wilson e Sperber, 1993, no prelo.

¹⁷ Sobre enriquecimento, veja-se, por exemplo, Atlas, 1989; Bach, 1994a, b; Bertolet, 1990; Bertuccelli-Papi, 1992; Blakemore, 1989; Espinal, 1993; Groefsema, 1995, no prelo; Haegeman, 1987, 1989; Hirst, 1987; Horn, 1992; Kandolf, 1993; Klinge, 1993; Moeschler, 1993; Récanati, 1994, no prelo; Scancarrelli, 1986; Stainton, 1993, 1994; Taylor, 1993; e referências na nota 16.

pensam na distinção semântica-pragmática em um viés não-griceano. Gazdar, então, trouxe para dentro da pragmática uma visão suficientemente comum em semântica formal, que combinou semântica lingüística com semântica de condições-de-verdade e definiu pragmática como ‘significação menos condições-de-verdade’. Nessa perspectiva, processos pragmáticos poderiam ser ‘pós-semânticos’, e poderiam não ‘se intrometer’ dentro do domínio das condições de verdade.

Teóricos da relevância têm consistentemente rejeitado essa visão¹⁸. Em *Relevância* (capítulo 4, seções 1 e 7), seguindo Fodor (1975), sistematicamente distinguimos semântica lingüística (a semântica das sentenças em línguas naturais) e semântica de condições-de-verdade (semântica das representações conceituais). Nessa abordagem, os processos pragmáticos que contribuem para o conteúdo explícito de condição-de-verdade não interferem dentro de uma semântica unitária; eles agem no *output* da semântica lingüística, enriquecendo formas lógicas incompletas dentro de formas proposicionais plenas que são, por seu turno, suportes para as condições de verdade. A necessidade de tal distinção – que não é original à teoria da relevância – é agora amplamente aceita por aqueles que trabalham dentro e fora do quadro teórico da relevância.

2.2 Semântica lingüística

As implicações da teoria da relevância para a semântica lingüística e, em particular, para o que é tradicionalmente reservado como significado de não-condição-de-verdade, têm sido o segundo maior foco de pesquisa. Em quadros anteriores, o significado de não-condição-de-verdade foi tipicamente analisado em termos de atos de fala. A semântica dos atos de fala lidava com um conjunto de expressões de não-condição-de-verdade (indicadores modais, advérbios discursivos, partículas discursivas, parentéticos) como indicadores de força ilocucionária. Grice estendeu essa perspectiva para um conjunto de conetivos discursivos de não-condição-de-verdade, que ele tratou como implicando convencionalmente a performance de atos ilocucionários de nível

¹⁸ Veja-se, por exemplo, Blakemore, 1987; Carston, 1988a.

mais alto¹⁹. Dentro do quadro teórico da relevância, essa abordagem ao significado de não-condição-de-verdade está sendo reavaliada²⁰.

Muitas dessas reavaliações foram inspiradas por Diane Blakemore (1987), que reanalisou os conectivos discursivos de Grice usando uma distinção entre codificação conceitual e procedimental; sua perspectiva dos conectivos enquanto codificadores de restrições procedimentais sobre as implicaturas provocou um dilúvio de pesquisas²¹. Um ímpeto posterior foi fornecido por nossos argumentos contra as perspectivas de atos de fala dos indicadores modais em Wilson e Sperber (1988a), e por nossa crítica mais geral da teoria dos atos de fala em *Relevância* (capítulo 4, seção 10)²².

Em Wilson e Sperber (1993), argumentamos que os indicadores modais e as partículas discursivas são mais bem analisados em termos procedimentais antes que em conceituais. No quadro da teoria da relevância, ambos os tipos de expressão contribuem mais para explicaturas do que para implicaturas. Desse modo, generalizamos a noção de Blakemore de restrições sobre as implicaturas, argumentando que a significação procedimental pode restringir qualquer aspecto da fase inferencial de compreensão, seja explícito ou implícito. Também questionamos a suposição de que o significado procedimental e o significado de não-condição-de-verdade invariavelmente coincidem; algumas expressões (e. g. advérbios discursivos) que são tratadas de forma padrão como não-condições-de-verdade podem ser mais bem vistas como conceitos codificados; algumas expressões de condições-de-verdade (e. g. pronomes) podem ser mais bem vistas como procedimentos codificados. Alternativas da teoria da relevância às perspectivas dos atos de fala de indicadores modais, partículas discursivas, advérbios discursivos e parentéticos

¹⁹ Veja-se Grice, 1989, p. 121-2, 361-3.

²⁰ Para pesquisa e discussão de trabalhos anteriores sobre semântica de não condição-de-verdade, veja-se Wilson, 1975. Para importantes trabalhos fora do quadro teórico da relevância, veja-se Ducrot, 1980, 1983, 1984.

²¹ Para abordagens procedimentais de conectivos do discurso, veja-se Ariel, 1988; Blakemore, 1988a, b, 1990, 1993; Blass, 1990, 1993; Ducrot, 1984; Ducrot et al 1980; Gutt, 1988; Haegeman, 1993; Higashimori, 1992a, b, 1994; Smith e Smith, 1988; Unger, 1994; Vandepitte, 1993; Wilson e Sperber, 1993. Para abordagens correlacionadas da semântica procedimental, veja-se Gabbay e Kempson, 1991; Jiang, 1994; Kempson, no prelo.

²² Abordagens de indicadores modais com base na teoria da relevância são desenvolvidas em Clark, 1991, 1993a, b; Lunn, 1989; Rouchota, 1994a, b, c; Wilson e Sperber, 1988a, b, 1993. Para discussão de vários aspectos da abordagem com base na relevância para os atos de fala, veja-se Bird, 1994; Clark, 1991; Groefsema, 1992b; Harnish, 1994; Moeschler, 1991; Reboul, 1990b, 1994b; Récanati, 1987; veja-se também Kasher, 1994.

esboçadas naquele artigo estão sendo agora ativamente exploradas²³. Pode-se descobrir com isso que a distinção conceitual-procedimental iluminará a semântica lingüística mais do que a distinção tradicional entre condições-de-verdade e não-condições-de-verdade.

2.3 Dimensões interpretativas do uso da linguagem

Mais fundamental do que qualquer das distinções discutidas acima é a delineada em *Relevância* (capítulo 4, seções 7-9) entre dimensões descritivas e interpretativas do uso da linguagem. Sustentamos que, no nível mais básico, cada enunciado é mais ou menos uma interpretação fiel de um pensamento que o falante quer comunicar. Um enunciado é descritivamente usado quando o pensamento interpretado é, ele mesmo, considerado uma descrição verdadeira de um estado de coisas; ele é usado interpretativamente quando o pensamento interpretado é considerado uma interpretação de um pensamento posterior, quer dizer, um pensamento atribuído ou relevante. Sob a luz dessa distinção, categorias pragmáticas tradicionais, *e.g.* tropos e atos de fala, podem ser radicalmente repensadas; por exemplo, as metáforas classificam-se como usos descritivos da linguagem; enquanto a ironia, a interrogação e a exclamação classificam-se como variedades de uso interpretativo.

Nossa abordagem à metáfora e à ironia, desenvolvida em uma série de artigos posteriores, tem sido extensivamente discutida²⁴. Talvez, surpreendentemente, a maioria das reações não advém de pragmaticistas griceanos, cujas análises severamente criticamos, mas de psicolingüistas, pragmaticistas não-griceanos e teóricos da literatura. O conjunto de dados agora sendo considerados e o conjunto de explicações em oferta é muito mais rico do que aqueles discutidos na literatura griceana anterior e limitada.

²³ Sobre indicadores modais, veja-se nota 22. Sobre partículas discursivas e advérbios, veja-se Blass, 1989, 1990; Espinal, 1991; Ifandidou, 1994; Ifandidou-Trouki, 1993; Itani, 1995; König, 1991a, b; NÆlke 1991a, b; NÆlke, 1990; Watts, 1988; Wilson e Sperber, 1993; Yoshimura, 1993b. Sobre parentéticos, veja-se Blakemore, 1990/1; Espinal, 1991; Ifandidou, 1994; Wilson e Sperber, 1993. Sobre tempo e aspecto, veja-se Moeschler, 1993; Smith, 1993; Zegarac, 1991, 1993.

²⁴ Para desenvolvimento e aplicações de abordagens da metáfora e da ironia com base na relevância, veja-se Forceville 1994a, b; Hymes, 1987; Pilkington, 1992, 1994; Reboul, 1990a, 1992a; Vicente, 1992; Yoshimura, 1993a. Para discussão, veja-se Gibbs, 1994; Goatly, 1994; Hamamoto, no prelo; Kreuz e Glucksberg, 1989; Martin, 1992; Perrin, no prelo; Récanati, no prelo; Seto, no prelo.

A dimensão interpretativa do uso da linguagem não é restrita à ironia. A tradução tem sido reanalisada a partir dessa perspectiva em uma série de trabalhos interessantes de Erns-August Gutt²⁵. A noção de uso interpretativo lançou luzes sobre uma série de tópicos lingüísticos tradicionais tais como: interrogativas, exclamativas, enunciados ecóicos, pseudo-imperativas, partículas de rumor e negação metalingüística, muitos dos quais tinham análises restritas em termos puramente descritivos²⁶. Há muito mais a ser feito nessa área dos pontos de vista descritivo e teórico. Todavia, a reorganização proposta em *Relevância* parece gerar frutos.

2.4 Domínios mais amplos

Foi iniciada a investigação de implicações da teoria da relevância em domínios mais amplos. Nos estudos literários, as sugestões feitas por Paul Kiparsky (1987) foram ativamente perseguidas²⁷. O humor, a cortesia, a publicidade, a argumentação, a linguagem política e a linguagem na educação, todos foram investigadas de uma perspectiva teórica da relevância²⁸. Ruth Kempson aplicou as suposições da teoria da relevância à investigação da gramática gerativa e em questões de modularidade lingüística²⁹. Foster-Cohen (1994) e Watson (1995) olharam o desenvolvimento da linguagem; implicações maiores da teoria da relevância para a aquisição da linguagem foram avaliadas em Smith (1989), Smith e Tsimpli (1995); e considerações teóricas sobre a evolução e desenvolvimento são discutidas em Sperber (1994).

²⁵ Veja-se Gutt, 1990, 1991, 1992; Tirkkonen-Condit, 1992; Winckler e van der Merwe, 1993.

²⁶ Sobre enunciados ecóicos, veja-se Blakemore, 1994b; sobre reformulações, veja-se Blakemore, 1993; sobre pseudo-imperativos, veja-se Clark, 1991, 1993a; sobre partículas de rumor, veja-se Blass 1989, 1990, Ifandidou, 1994, Itani, 1995; sobre negação metalingüística veja-se Carston, no prelo a, Moeschler, 1992; veja-se também b; Fretheim, 1996b; Yoshimura, 1993b. Para interessante aplicação da noção relacionada de 'polifonia' veja-se, por exemplo, Ducrot, 1983.

²⁷ As implicações da teoria da relevância para a literatura são discutidas em Durant e Fabb, 1990; Fabb, no prelo, em preparação; Green, 1993; Kiparsky, 1987; Pilkington, 1991, 1992, 1994; Reboul, 1990a, 1992a; Richards, 1985; Sperber e Wilson, 1987b, p. 751; Trotter, 1992; Uchida, no prelo.

²⁸ Sobre humor, veja-se Ferrar, 1993, Jodlowiec, 1991; sobre polidez, veja-se Austin, 1989, Juckler, 1988; sobre publicidade, veja-se Forceville, 1994a, b, Tanaka, 1992, 1994; sobre argumentação, veja-se Campbell, 1990, 1992, Moeschler, 1989a, 1989b; sobre linguagem política, veja-se Wilson, J, 1990; sobre linguagem em educação, veja-se Mayher, 1990; sobre cinema, veja-se Nasta, 1991.

²⁹ Sobre as implicações da teoria da relevância sobre a lingüística, e passos através da formalização, veja-se Gabbay e Kempson, 1991; Kempson, 1988c, no prelo; Jiang, 1994; veja-se também Posnanski, 1992.

Na psicologia, resultados interessantes estão sendo obtidos em alguns domínios. Frith (1989) e Happé (1991, 1992, 1993) aplicaram a teoria da relevância na análise do autismo. Politzer (1993) reanalisou alguns dos maiores paradigmas experimentais na psicologia do raciocínio, e mostrou como considerações de relevância afetam a performance dos sujeitos em vias que podem explicar alguns dos mais notáveis resultados experimentais. Sperber, Cara e Girotto (no prelo)³⁰ reanalisaram a literatura sobre a famosa Tarefa de Seleção de Wason, onde sujeitos são solicitados a selecionar evidências potencialmente relevantes para avaliar a verdade de declaração condicional. Sperber *et al.* sugerem que a performance dos sujeitos pode ser explicada com base nas intuições de relevância desenvolvidas no processo de compreensão da tarefa. Sua análise produz previsões precisas e novas envolvendo a manipulação de efeitos e esforços, que têm sido experimentalmente confirmadas.

3 REVISÕES

3.1 Não um, mas dois princípios de relevância

Em *relevância*, fizemos duas asserções fundamentais, uma sobre cognição e outra sobre comunicação:

- (1) a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância;
- (2) cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima.

A asserção (2) é a que nós chamamos de Princípio de Relevância. Todavia, muitos leitores, mesmo os cuidadosos, usaram o termo 'Princípio de Relevância' para se referir à asserção (1). Isso é um claro erro de leitura, embora compreensível. A asserção (1) é mais fundamental e geral do que a

³⁰ N. dos Orgs.: Algumas das referências que constam como no prelo foram posteriormente publicadas, uma vez que este posfácio data do ano de 1994. Na lista de referências consta também, além da expressão "no prelo", a data de publicação.

asserção (2) e, no mínimo, merecedora de ser chamada de um princípio. Originariamente chamamos a asserção (2) de um princípio para contrastá-la com outros ‘princípios’ pragmáticos propostos na literatura: em particular o Princípio Cooperativo de Grice. Falhamos em antever que, quando nosso livro fosse lido e interpretado – como queríamos – no contexto de interesses cognitivos mais amplos, esse uso do termo ‘princípio’ seria visto arbitrariamente, causando esforço desnecessário, e conseqüentemente (como tínhamos previsto em terreno teórico da relevância), conduzindo a más interpretações.

Decidimos remediar a situação falando no futuro de dois Princípios de Relevância: o Primeiro Princípio (cognitivo) dado em (1) e o Segundo Princípio (comunicativo) dado em (2). Em toda parte do livro, o termo ‘Princípio da Relevância’ refere-se ao Segundo, o Princípio Comunicativo. A mudança é, evidentemente, de exposição e não de substância, mas vale a pena descrever o que nós esperamos destacar com essa reformulação.

3.2 O primeiro princípio de relevância

O Primeiro Princípio de Relevância é menos sutil que o Segundo Princípio de Relevância, mas ainda é controverso e precisa de justificação. Como posto, é também muito vago e precisa de elaboração.

Relevância não é uma mercadoria; é uma propriedade. Propriedade de quê? Por nossa definição, é uma propriedade dos *inputs* para os processos cognitivos. Pode ser uma propriedade dos estímulos, por exemplo, que são *inputs* para os processos perceptuais, ou de suposições, que são *inputs* para os processos inferenciais. Estímulos e, mais genericamente, fenômenos, são encontrados no ambiente externo do organismo; suposições, que são o *output* dos processos de percepção, lembrança, imaginação ou inferência, são internas ao organismo. Quando defendemos que a cognição tende a ser dirigida para a maximização da relevância, queremos dizer que os recursos cognitivos tendem a ser alocados para o processamento dos *inputs* disponíveis mais relevantes, seja de fontes externas ou internas. Em outras palavras, a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância cumulativa dos *inputs* que ela processa. E faz isso não por perseguir uma política de longo prazo de computação da relevância cumulativa ativada com o passar do tempo, mas por

arbitragens locais, objetivando ganhos incrementais entre *inputs* simultaneamente disponíveis competindo por recursos imediatamente disponíveis.

Por que assumir que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância? A resposta vem em dois estágios: um deles lida com o desenho dos mecanismos biológicos em geral, o outro com a eficiência em mecanismos cognitivos.

Partimos da suposição de que a cognição é uma função biológica e de que os mecanismos cognitivos são, em geral, adaptações. Como tais, eles são o resultado de um processo de seleção natural darwiniana (embora outras forças evolucionárias possam ter ajudado a modelá-los). Assumimos, então, que os mecanismos cognitivos evoluíram em pequenas etapas incrementadas, a maioria delas consistindo na seleção de uma variante que se desempenhou melhor do que as outras que estavam próximas. Há muitas maneiras pelas quais uma variante de um mecanismo biológico pode desempenhar-se melhor do que outras. Pode haver uma diferença qualitativa no tipo de benefícios que as diferentes variantes produzem, ou a diferença pode ser quantitativa, quando o mesmo benefício pode ser obtido com maior grau ou com menor custo energético.

Enquanto as pressões seletivas por melhorias qualitativas variam perpetuamente de acordo com mudanças no genótipo e no ambiente, as pressões seletivas por melhorias quantitativas são um fator relativamente estável. Em igualdade de condições, é sempre algo positivo maiores benefícios ou menores custos. Em princípio, há muitas maneiras igualmente satisfatórias de balancear benefícios e custos: isto é, muitas maneiras de ser eficiente (embora poucas, se alguma, possam ser alternativas genuínas em um dado ponto na evolução de uma adaptação). Por isso, não é possível prever qual o exato balanceamento de custos e benefícios seria obtido em dado mecanismo biológico como um resultado de pressão em direção à melhoria de eficiência. O que podemos esperar é que, em geral, um mecanismo biológico durável com uma função estável terá evoluído em direção a um melhor balanceamento de custos e benefícios, isto é, em direção a uma maior eficiência.

Por exemplo, podemos esperar que a estrutura, localização e modo de operação de um músculo tenderão a minimizar os custos de energia na execução de um movimento corporal, pois é sua função produzi-lo. Similarmente, nós podemos esperar encontrar uma tendência em direção a uma eficiência máxima no desenho de mecanismos cognitivos.

Assumimos, também, que a cognição humana é um produto conjunto de muitos mecanismos especializados (ver BARKOW, COSMIDES e TOOBY, 1992; HIRSCHFELF; GELMAN, 1994). Cada mecanismo cognitivo contribui para benefícios qualitativamente diferentes, na forma de efeitos cognitivos. Para cada um deles, houve pressões em direção à otimização de custos e benefícios.

Todos esses mecanismos cognitivos tomados em conjunto constituem o sistema cognitivo. A eficiência do mecanismo cognitivo como um todo depende de como seus vários submecanismos são articulados uns com os outros, e de como os recursos do sistema são compartilhados entre eles. Articulação e alocação de recursos devem ser tais, a ponto de maximizar a probabilidade de que a informação disponível mais relevante será processada de maneira mais relevante.

O que o Primeiro Princípio de Relevância diz é que a cognição humana tende a ser organizada de modo a maximizar a relevância. Pode haver muitos defeitos, muitos mecanismos cognitivos que falham em fornecer efeitos suficientes para o esforço que eles requerem, muitas vezes quando os recursos do sistema são pobremente alocados. O Primeiro Princípio não regula essas falhas. Todavia, para ser útil, a tendência em direção à maximização da relevância deve ser forte o suficiente para ajudar a interação humana. Acima de tudo, o Segundo, o Princípio Comunicativo de Relevância, é fundamentado no Primeiro Princípio e nas suposições posteriores de que o Primeiro Princípio não prediz o comportamento cognitivo de outro ser humano o suficiente para guiar a comunicação.

3.2.1 Primeiro princípio de relevância e verdade

Nossa definição de relevância de uma suposição em um contexto não leva em conta a verdade ou falsidade da suposição em si mesma, ou as conclusões que podem ser derivadas dela no contexto. Assim, a suposição falsa, que contextualmente implica conclusões falsas, ou a suposição verdadeira, que se combina com uma premissa contextual falsa para implicar muitas conclusões falsas, são, por nossa definição, tão relevantes como uma suposição verdadeira, que implica muitas conclusões verdadeiras. Por outro lado, nosso motivo para introduzir essa noção de relevância relaciona-se com a eficiência cognitiva, e a noção de eficiência cognitiva não pode ser divorciada da verdade. A função de um sistema cognitivo é fornecer conhecimento e não crenças falsas.

Isso significa que falta algo em nossa definição de relevância? Definitivamente, isso precisa de revisão. Apesar de, note-se, para a maioria de nossos propósitos, nossa definição incompleta ser boa o suficiente.

Quando nós usamos a noção de relevância para ajudar a descrever como um sistema cognitivo aloca seus recursos, não há prejuízo em deixar fora de consideração a verdade ou falsidade objetiva. O sistema não tem outra maneira de distinguir suposições falsas de verdadeiras a não ser por meio de seus próprios *inputs* ou processos internos. Basicamente, se uma suposição é causada pelo ambiente de uma maneira apropriada (por exemplo, por percepção), o sistema a aceita; se uma suposição é derivada inferencialmente de premissas aceitas pelos próprios mecanismos computacionais do sistema, ele novamente a aceita. Quando o sistema é do tipo reflexivo, por exemplo, um ser humano, ele pode estar consciente de que necessita de conhecimento real e não de crenças falsas; ele pode estar consciente do risco de aceitar suposições falsas; ele pode desenvolver alguns procedimentos para monitorar o resultado de outros procedimentos; mas tudo o que ele pode fazer, ao final, é confiar na soma de seus próprios procedimentos de fornecer conhecimento. Assim, o sistema tomará o resultado de seus próprios mecanismos como cognitivamente garantidos, e acessará a relevância em termos de todos os efeitos cognitivamente obtidos, a despeito de que, sem seu conhecimento, algumas de suas conclusões possam se tornar falsas. Desse ponto de vista solipsista (no sentido de Fodor, 1980), verdade pode ser seguramente ignorada.

Todavia, esse não é o único ponto de vista que precisa ser levado em conta. Um sistema cognitivo reflexivo pode estar consciente de que algumas de suas crenças são provavelmente falsas, mesmo se não puder distinguir qual, e puder considerar informação levando a falsas crenças piores que irrelevantes. Similarmente, um sistema cognitivo reflexivo que se comunica com outros sistemas pode considerar somente informações verdadeiras como relevantes para eles. Tome-se uma falante que quer que sua audiência pense que ela é casada, quando de fato não é. Ela mente:

(3) Eu sou casada.

Ela acredita que o que disse é relevante para o ouvinte, ou somente que pode parecer relevante para ele, uma vez que isso teria sido relevante, se verdadeiro? Sugerimos o último.

Informação relevante é informação de valor. Informação falsa não é informação de valor; ela diminui a eficiência cognitiva. Como deveríamos incorporar essa característica epistêmica em nossas definições? Há duas possibilidades: nós poderíamos dizer que os *inputs* para os processos cognitivos são relevantes somente se eles encontram alguma condição epistêmica específica; ou nós poderíamos dizer que os *inputs* são relevantes somente se os *outputs* de seu processamento cognitivo encontrarem alguma condição epistêmica específica.

A solução mais óbvia e aparentemente simples é tornar a verdade dos *inputs* uma condição necessária para a relevância. Há três problemas com essa escolha. Primeiro, queremos atribuir relevância não somente a suposições, mas também a fenômenos e, em particular, aos estímulos ostensivos. Esses são *inputs* aos processos cognitivos, mas eles não são tipos de coisas que podem ser verdadeiros ou falsos. Enunciados, obviamente, são considerados verdadeiros ou falsos, e eles são um tipo de estímulo ostensivo; mas quando dizemos que um enunciado é verdadeiro, queremos dizer realmente que sua interpretação é verdadeira, e isso é o *output* de um processo cognitivo de compreensão.

Segundo, a verdade das conclusões parece ser mais crucial para a relevância do que a verdade das premissas. Considere os seguintes cenários:

(4) Peter é um marido ciumento. Ele ouve por acaso Mary dizer a alguém ao telefone, 'Vejo você amanhã no lugar de costume'. Peter supõe corretamente que ela está falando com um homem, e infere erradamente que ela tem um amante e não o ama mais.

(5) Peter é um marido ciumento. Ele ouve por acaso Mary dizer a alguém ao telefone, 'Vejo você amanhã no lugar de costume'. Peter supõe erradamente que ela está falando com um homem, e infere corretamente, de fato, que ela tem um amante e não o ama mais. (O amante de Mary é uma mulher).

Em (4), a suposição de Peter de que Mary estava falando com um homem era verdadeira, e conduziu a ricos efeitos contextuais. Todavia, esses efeitos contextuais eram crenças falsas. A suposição de Peter foi relevante? Diríamos antes que ela pareceu relevante, mas de fato não foi. Em (5), por contraste, a

suposição de Peter de que Mary estava falando com um homem era falsa, mas ela conduziu a muitas crenças verdadeiras; desse modo, estaríamos dispostos aqui a dizer que ela foi genuinamente relevante (embora, talvez, não tão relevante como parece, desde que também conduziu a algumas crenças falsas).

Tome-se um caso mais geral de ficção. Quando você escuta uma parábola, ou lê *Guerra e paz*, pode ter um *insight* e desenvolver uma forma de pensamento analógico sobre você mesmo, sua vida, e o mundo onde você está. Se somente *inputs* verdadeiros fossem relevantes, nós teríamos que dizer que tais ficções foram irrelevantes. Se a verdade de *outputs* é o que importa, então ficções podem ser relevantes acima de tudo.

Desse modo, exploremos o segundo caminho de emendar nossa definição de relevância: tratando um *input* como relevante somente se o *output* de seu processamento cognitivo encontrar alguma condição específica. A idéia básica é que, para um *input* ser relevante, seu processamento deve conduzir a ganhos cognitivos. Recorde-se, agora, de nossa estratégia nesse livro [*Relevância*]. Primeiramente, definimos relevância em um contexto e, então, relevância para um indivíduo. Nossa definição de relevância em um contexto pode ser deixada inalterada. Um contexto, mesmo que acoplado com uma máquina inferencial, não é ainda um sistema cognitivo; ele não tem uma função cognitiva, e não mantém ganhos com representações verdadeiras ou perdas com representações falsas. Relevância em um contexto é uma propriedade formal, interessante como tal (com possíveis aplicações na inteligência artificial, por exemplo), e é melhor deixá-la como está.

As coisas mudam quando nós nos movemos da relevância em um contexto para a relevância para um indivíduo (ou, mais genericamente, para algum sistema cognitivo). Efeitos contextuais em um indivíduo são efeitos cognitivos (uma sentença que usamos em artigos escritos após 1986). Eles são mudanças nas crenças de um indivíduo. Um indivíduo se mantém ganhando ou perdendo pela verdade ou falsidade de suas crenças, e ele tem objetivos cognitivos. Um indivíduo, caso fosse refletir sobre isso, não estaria interessado nos efeitos contextuais em si, mas somente naqueles que contribuem para seus objetivos cognitivos. Isso é facilmente construído dentro de nossa definição de relevância para um indivíduo. Definamos, primeiro,

um efeito cognitivo como um efeito contextual que ocorre em um sistema cognitivo (*e. g.* um indivíduo), e um efeito cognitivo positivo como um efeito que contribui positivamente para o preenchimento de funções ou objetivos cognitivos. Então, nós substituímos as definições (42) e (43) do capítulo 3 pelas definições (6) e (7):

(6) *Relevância para um indivíduo (classificatória)*

Uma suposição é relevante para um indivíduo em um dado momento se e somente se ela tem efeito cognitivo positivo em um ou mais contextos acessíveis a ele nesse momento.

(7) *Relevância para um indivíduo (comparativa)*

Condição de grau 1: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais positivos obtidos quando ela é otimamente processada são amplos.

Condição de grau 2: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para obter esses efeitos cognitivos é pequeno.

As definições (58) e (59) de relevância de um fenômeno para um indivíduo deveriam ser modificadas de modo correspondente.

Essas alterações na definição de relevância poderiam parecer gerar duas questões. Primeiro, a noção de um efeito cognitivo positivo não seria vaga demais? Bem, poderíamos ter sido mais específicos e definido um efeito cognitivo positivo como um avanço epistêmico, isto é, um acréscimo de conhecimento. Todos os efeitos que foram realmente considerados nesse livro são dessa espécie epistêmica relativamente bem definida. Todavia, queremos deixar aberta a possibilidade de se levar em conta, no quadro inteiro, outras possíveis contribuições ao funcionamento cognitivo, envolvendo, por exemplo, a reorganização do conhecimento existente ou a elaboração de desejos racionais. E, sim, a definição resultante de um efeito cognitivo positivo é vaga, mas isso é um problema não apenas para a teoria da relevância, mas para a psicologia cognitiva em geral.

A segunda questão que essa redefinição de relevância para um indivíduo poderia parecer gerar é essa: o primeiro princípio de relevância não ficou

vago. Se a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância, e se a relevância é ela mesma definida em termos de efeitos cognitivos positivos, não estamos dizendo que a cognição humana tende a ser conduzida em direção à produção de efeitos cognitivos positivos; o que, realmente, é um truísmo e, portanto, vago.

De fato, o Primeiro Princípio está longe de ser um truísmo. Ele faz duas reivindicações empíricas: tampouco é auto-evidente e, segundo, é original para a teoria da relevância. O Primeiro Princípio de Relevância poderia ser falso: a cognição humana poderia alcançar um equilíbrio de efeitos cognitivos positivos versus negativos, apenas o suficiente para evitar selecioná-los. De fato, a cognição humana, sendo um sistema evoluído e adaptado, reflete em aspectos refinados de seu desenho repetidas pressões passadas em direção à otimização. Além disso, argumentamos que há uma maneira geral e essencial na qual a cognição humana exibe um bom desenho: tendendo a alocar seus recursos para o processamento de *inputs* disponíveis, de modo a maximizar os efeitos cognitivos esperados. Isto é, nós mesmos reforçamos que aquilo que agora chamamos de Primeiro Princípio de Relevância é vago e geral, o que o torna válido são algumas de suas conseqüências precisas e não-triviais: em particular, o Segundo Princípio de Relevância.

3.3 Revisando a presunção de relevância

O (Segundo) Princípio de Relevância estabelece que cada ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima. A presunção de relevância foi expressa como segue:

(8) *Presunção de Relevância Ótima*

- (a) O conjunto de suposições {I} que o comunicador pretende tornar manifesto ao destinatário é relevante o suficiente para merecer que o destinatário processe o estímulo ostensivo;
- (b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar {I}.

Acreditamos que essa formulação deve ser substantivamente alterada. As alterações tornarão a presunção de relevância mais simples, e defenderemos

que elas não somente preservam o poder de predição da versão anterior, mas o incrementam significativamente.

Há duas razões para creditar ao comunicador a intenção de transmitir a presunção de relevância; estas estão refletidas nas duas cláusulas da presunção. Primeiro, o comunicador deve pretender que seu estímulo ostensivo pareça relevante o suficiente para merecer a atenção do destinatário. De outro modo, ele poderia não prestar atenção suficiente e a comunicação falharia. Isso estabelece um limite inferior no nível de relevância que o comunicador pretende que o destinatário espere. Uma versão dessa idéia é construída dentro da cláusula (a) da presunção de relevância acima. Nessa versão, o nível de esforço necessário para reconstruir a interpretação pretendida é tratado como dado, e a presunção é a de que o efeito será superior o suficiente para que a relevância global do estímulo seja igual ou superior a esse limite inferior (se fosse mais baixo, o estímulo não mereceria ser processado). A cláusula (a) diz, em essência, que o nível de efeito é ao menos suficiente.

Agora, suponha que tratamos como dado o nível de efeito em vez do esforço. Então, pela mesma razão – com base no dado de que o comunicador deve pretender que seu estímulo pareça relevante o suficiente – o destinatário deve ter expectativas legítimas sobre o nível de esforço necessário para alcançar esse efeito. Esse nível de esforço deve ser baixo o suficiente para que a relevância global do estímulo seja igual ou superior ao limite inferior.

Desde que não haja aqui assimetria de princípios entre efeito e esforço, a cláusula (a) da presunção de relevância pode tornar-se mais simples e mais geral, como segue:

(9) O estímulo ostensivo é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do destinatário.

É sempre legítimo para o destinatário esperar – e ao comunicador pretender que ele espere – um nível de relevância que não é meramente igual, mas bem acima do limite inferior? Grice e a maioria de seus seguidores sugerem que sim. Eles assumem que o falante e o ouvinte devem ter uma meta comum que vai além de meramente compreender e ser compreendido, e se espera que, posterior a essa meta comum, qualquer informação seja a melhor. O que

se espera não é apenas relevância suficiente, mas relevância máxima para alcançar a meta comum³¹.

Temos expressado nossa discordância dessa visão. Pode ser verdade que na maioria das trocas verbais os participantes compartilham um propósito que ultrapassa a mera compreensão mútua, mas não é necessário que seja esse o caso. Comunicação conflitante ou não-recíproca, por exemplo, não envolve tais propósitos. É também verdade que a compreensão é facilitada pela presença de um propósito comum. Podemos levar em conta isso, evidenciando que um propósito comum cria um número de suposições contextuais mutuamente manifestas sobre as quais os interlocutores podem concluir. A existência de um propósito conversacional comum não precisa ser construída dentro de princípios pragmáticos. Ainda acreditamos que isso é correto.

Todavia, nós mesmos temos insistido que os interlocutores sempre compartilham pelo menos um propósito comum, compreender e ser compreendido. É de interesse manifesto do comunicador fazer o máximo ou parecer fazer o máximo para alcançar esse propósito comum. Isso fornece uma segunda razão para creditar a ele a intenção de transmitir a presunção de relevância, o que é refletido na cláusula (b) da presunção como estabelecida acima. Nessa versão corrente, todavia, a cláusula (b) concerne totalmente sobre esforço. O efeito pretendido é tratado como dado, e a cláusula (b) diz que o estímulo usado para alcançar esse efeito é o que requer o menor esforço do destinatário.

A presunção de esforço mínimo expressa por (b) é, no melhor, muito vaga e, no pior, muito forte. Um comunicador pode bem estar disposto a tentar minimizar o esforço do destinatário, desde que isso o faça mais provavelmente prestar atenção a seu estímulo ostensivo e tenha sucesso em compreendê-lo. Até, por toda sorte de razões, o estímulo particular que ele produz pode não ser aquele que minimizaria absolutamente o esforço do destinatário. Em primeiro lugar, há o próprio esforço do comunicador a considerar. Como falantes, nós estamos preparados para fazer somente tanto esforço para formular nossos pensamentos, e como ouvintes, nós conhecemos mais do que enunciados

³¹ Verdade, a máxima de relação de Grice é justamente 'seja relevante'. A suas duas máximas de quantidade, todavia, sugere a maximização da relevância em nosso sentido. A primeira máxima de quantidade ('Faça sua contribuição tão informativa quanto requerido') funciona através do aumento de efeito. A segunda máxima de quantidade ('Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido') funciona através da minimização do esforço (como fazem as máximas de maneira). Veja-se Horn, 1984, 1988; Levinson, 1987, 1988, para discussão.

perfeitamente elaborados. Então, pode haver regras de etiqueta ou padrões de correção ideológica que governam o enunciado que seria o mais fácil de processar (e que também seria provavelmente para transmitir implicaturas fracas não pretendidas). Como falantes, nós evitamos o que consideramos formulações objetáveis e como ouvintes, nós esperamos tais restrições.

A cláusula (b) da presunção de relevância ótima teria permitido, em certo caso, o direito de o falante ser preguiçoso ou melindroso, isto é, de ter suas próprias preferências e levá-las em conta.³² Nas últimas publicações ou apresentações orais, consertamos essa cláusula de esforço, dizendo que não seria demandado esforço injustificado ou gratuito. Em outras palavras, de um conjunto de estímulos possíveis, igualmente capazes de comunicar a interpretação pretendida e igualmente aceitável para o comunicador (dado seu desejo de minimizar seu esforço e suas próprias preferências estéticas, morais e de prudência), o comunicador preferiria e pareceria pretender o estímulo que pudesse minimizar o esforço do destinatário.

Todavia, essa linha de raciocínio, que foi baseada considerando-se o esforço, aplica-se igualmente ao efeito. Suponha que, do ponto de vista do comunicador, seus objetivos seriam igualmente bem servidos por um número de enunciados (ou outros estímulos) que causariam os efeitos contextuais pretendidos, mas alguns causariam efeitos contextuais posteriores e seriam (ou pareceriam) mais relevantes para o destinatário enquanto resultado. Qual ele escolheria? Ele escolheria o enunciado que seria (ou pareceria) mais relevante para o destinatário, justamente pelas razões dadas acima na discussão da minimização do esforço.

Eis aqui uma ilustração. Mary quer tornar manifesto a Peter que ela estará fora das 4 às 6 horas. Poderia informar isso a ele dizendo algum dentre os enunciados abaixo (10a-c):

- (10) (a) Eu estarei fora das 4 às 6.
- (b) Eu estarei fora, na casa dos Jones, das 4 às 6.
- (c) Eu estarei fora, na casa dos Jones, das 4 às 6, para discutir a próxima reunião.

³² Isso foi notado em *Relevance* no texto envolvendo a presunção de relevância, mas não foi construído dentro da presunção propriamente dita.

Suponha que ela assuma que algum desses enunciados seria suficiente para Peter. Suponha que não lhe interesse onde ela está indo e por quê. Suponha que não fizesse diferença para ela a soma de esforços necessários para produzir qualquer um desses enunciados. Então seria suficientemente racional enunciar algum dos enunciados (10a-c), desde que cada um pudesse alcançar seu objetivo a um custo aceitável para ela. Todavia, seria o mais racional produzir o enunciado mais relevante a Peter, desde que isso tornasse mais provável que ele prestasse mais atenção a sua comunicação, lembrasse disso, e assim por diante: em outras palavras, ele maximizaria a manifestabilidade da informação que Mary quer que ele tenha. Uma vez que (10c) demandaria mais esforço de Peter do que (10b) e (10b) mais do que (10a), Mary escolheria um desses enunciados mais longos se e somente se a informação extra transmitida produzisse suficiente efeito para torná-lo mais relevante para Peter. Se não interessa onde ela está indo, ela escolheria (10a). Se interessa onde ela está indo, mas não por quê, ela escolheria (10b). Se interessa onde e por quê, ela escolheria (10c). Essas escolhas são racionais desde que Mary não queira ser particularmente solícita a Peter, contando a ele o que ele quer saber. São racionais como caminhos de maximização das chances que ela terá ao tornar manifesto para ele uma coisa que quer tornar manifesta: que ela estará fora das 4 às 6.

Assim, podemos fazer a seguinte generalização. Tome-se um conjunto de estímulos que encontram as seguintes condições: alguns deles poderiam provavelmente comunicar o que o comunicador quer comunicar; ele é capaz de produzir qualquer um deles; e ele não tem nenhuma preferência entre eles, exceto querer escolher aquele que será mais efetivo em alcançar seu objetivo comunicativo. Estes estímulos podem diferir em termos de esforço despendido pelo destinatário, de efeitos alcançados, ou ambos: efeitos e esforços. O comunicador escolheria o estímulo que parece o mais relevante ao destinatário, desde que isso tornasse sua comunicação mais provável de ser bem sucedida. Pela mesma razão, ele pareceria escolher o estímulo que é o mais relevante ao destinatário. Em condições normais, aparência e realidade provavelmente são coincidentes.

A escolha do estímulo ostensivo do comunicador é limitada não somente por suas preferências, mas por suas habilidades. No lado do esforço, poderia haver estímulos que seriam fáceis para o ouvinte processar, mas que o comunicador fosse inábil para pensar naquele momento, como justamente falha em vir à mente a melhor formulação de algum pensamento. No lado do efeito,

os limites sobre as habilidades do comunicador são freqüentemente mais significativos. Sempre pode haver informação que o ouvinte acharia mais relevante do que aquela que o comunicador tem a oferecer. Ele não pode ser mais relevante que seus próprios conhecimentos permitem. Mesmo quando decide comunicar de má fé, e tenta tornar manifestas suposições em que não acredita, ele deseja que o destinatário pense que o que ele está tentando comunicar é garantido por aquilo que ele sabe.

De novo, não há assimetria de princípios entre efeitos e esforços. A presunção é a de que, de todos os estímulos que são disponíveis e aceitáveis como um significado alcançável de seu objetivo comunicativo particular, o comunicador escolherá um que seja tão relevante quanto possível para o destinatário. A segunda cláusula da presunção de relevância pode tornar-se mais simples e geral, como segue:

(11) O estímulo ostensivo é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.

Nós agora temos uma presunção de relevância ótima inteiramente revisada:

(12) *Presunção de relevância ótima (revisada)*

(a) O estímulo ostensivo é relevante o suficiente para merecer o esforço do destinatário em processá-lo;

(b) O estímulo ostensivo é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.

Isso diz que o destinatário é autorizado a esperar um nível de relevância alto o suficiente para garantir sua atenção ao estímulo e, mais ainda, que é o mais alto nível de relevância que o comunicador foi capaz de alcançar dados seus motivos e objetivos.

3.3.1 O segundo princípio de relevância: que a presunção de relevância ótima é ostensivamente comunicada

Seria um erro ler a presunção de relevância ótima, seja na versão antiga, seja na revisada, como descrevendo um objetivo que comunicadores racionais alcançariam. Diferente das máximas de Grice, nem o princípio nem a presunção

de relevância é apresentada como um objetivo a ser perseguido ou uma regra a ser seguida pelo comunicador. O (segundo) Princípio de Relevância é uma asserção descritiva (oposta à normativa) sobre o conteúdo de um dado ato de comunicação ostensiva. Ele assevera que parte de tal conteúdo é uma presunção de que esse ato de comunicação é relevante ao destinatário.

O objetivo do destinatário, ao interpretar um enunciado, é identificar a intenção informativa do comunicador. Como na atribuição de uma intenção a um agente, isso é feito pela observação dos propósitos que ele escolhe e assumindo que eles são apropriados para seus objetivos, dadas as suas crenças. Nós asseveramos que a presunção de relevância ótima é comunicada por cada ato de comunicação ostensiva. Dada nossa definição de comunicação ostensiva, para isso ser verdade, deve ser mutuamente manifesto ao comunicador e ao destinatário que o comunicador tem a intenção informativa de tornar a presunção de relevância mutuamente manifesta. Nós mostraremos agora como isso ocorre.

Um comunicador racional deve pretender que o estímulo que ele usa pareça relevante o suficiente ao destinatário para atrair sua atenção e fazer valer a pena despende o esforço necessário para a compreensão. O quanto isso é relevante? Há um limite abaixo do qual o destinatário provavelmente não prestará atenção ao estímulo; claramente, o comunicador deve pretender que o destinatário espere um nível de relevância ao menos mais alto que esse. Mais ainda, é uma vantagem para o comunicador que o destinatário espere um nível de relevância bem acima desse limite inferior, e então valerá a pena investir o esforço necessário para a compreensão. Todavia, justamente como o destinatário é guiado, ao interpretar o enunciado, pela suposição de que o comunicador é racional, as intenções do comunicador são restringidas pela suposição de que o destinatário é racional. Um destinatário racional não esperará mais relevância que o comunicador está disposto ou é capaz de alcançar. Não há vantagem em esperar que o comunicador dê informação que ele não tem, ou em produzir um estímulo que ele não é capaz de pensar em dado momento. Assim, um comunicador racional pretende que seu estímulo pareça relevante do modo como é compatível com suas habilidades e preferências.

Em outras palavras, é necessário para a primeira cláusula da presunção de relevância ser manifesta para o destinatário e também é vantajoso a segunda cláusula ser manifesta. Um comunicador racional deveria, assim, querer que

ambas as cláusulas da presunção de relevância fossem manifestas. Nós asseveramos que isso não é um fato oculto sobre a psicologia dos comunicadores, mas é manifesto para qualquer comunicador ou destinatário competente. Assim, quando um comunicador torna mutuamente manifesto para ele e para seu destinatário que está tentando comunicar por meios de um dado estímulo, ele então torna mutuamente manifesto que pretende tornar manifesta uma presunção de relevância. Dada nossa definição de comunicação ostensiva, isso significa dizer que uma presunção de relevância é comunicada.

3.3.2 Algumas conseqüências da presunção de relevância revisada

Todas as análises que oferecemos no livro e alhures, na base da velha presunção de relevância ótima, continuam como antes. Continua verdade que o caminho para interpretar um enunciado ou outro estímulo ostensivo é seguir uma rota de menor esforço e parar na primeira interpretação que satisfaça a expectativa de relevância de alguém. Todavia, na versão antiga, o nível esperado de relevância foi sistematicamente estabelecido no limite baixo. Isso não significa que um enunciado não poderia ser mais do que exatamente relevante o suficiente para merecer a atenção do ouvinte. O que isso significa é que, para alcançar um nível maior de relevância, o falante tinha de formular seu enunciado de forma tal que a primeira interpretação relevante o suficiente para merecer a atenção do ouvinte fosse mais do que relevante o suficiente.

Para ilustrar, suponha que Mary dissesse a Peter:

(13) Você lembra que eu comprei aquele bilhete de loteria? Bem, adivinhe? Eu ganhei R\$ 10.000,00.

A declaração de Mary, tomada literalmente, pode ser não somente relevante o suficiente para merecer a atenção de Peter, mas muito mais relevante do que ele poderia ter esperado, dada a presunção de relevância não revisada. Ainda, se esta é a primeira interpretação acessível que é relevante o suficiente (a menos que entre em conflito com outras de suas suposições contextuais), ele a aceitará como a pretendida. Isso, pelo menos, é o que uma análise baseada na presunção não revisada de relevância (corretamente) prediz.

Compare-se com o caso onde Mary diz a Peter:

(14) Você lembra que eu comprei aquele bilhete de loteria? Bem, adivinhe? Eu ganhei um prêmio!

Aqui, a primeira interpretação acessível relevante o suficiente é, provavelmente, representar o prêmio de Mary como garantia suficiente para merecer falar sobre ele. Se saber que ela ganhou um prêmio é relevante o suficiente, então o valor do prêmio pode não ser relevante. Aqui, de novo, uma análise baseada na presunção não revisada de relevância é adequada.

A presunção revisada de relevância produz a mesma análise desses exemplos e de exemplos similares. Interpretando (13) Peter assume que Mary tem a habilidade – e nesse caso o conhecimento – de dizer algo mais do que o minimamente relevante (a saber, que ela ganhou R\$ 10.000,00) e que ela deu essa informação na ausência de preferências contrárias. Ao interpretar (14), assumamos que Peter aceite a cláusula (b) da presunção de relevância e espere que o enunciado de Mary seja o mais relevante compatível com suas habilidades e preferências. Assim, não há razão para ele pensar que ela tenha uma peça de informação mais relevante e que está relutante em compartilhá-la; desse modo, ele assumirá que o preço é meramente grande o suficiente para valer a pena mencionar. Frequentemente, o limite inferior mencionado na cláusula (a) da presunção de relevância (revisada) coincidirá com o limite superior mencionado na cláusula (b). O falante tem algo exatamente relevante o suficiente para valer a pena dizer, e o diz.

Em alguns casos, a presunção revisada produz análises diferentes e melhores. Consideraremos duas. A primeira é adaptada de Grice (1989, p. 32). Peter e Mary estão planejando um feriado na França. Peter acabou de dizer que seria interessante visitar um conhecido antigo, Gerard, se não ficar muito longe de seu caminho. O diálogo continua:

(15) (a) Peter: Onde Gérard mora?

(b) Mary: Em algum lugar do sul da França.

Como Grice destaca, a resposta de Mary implica (16):

(16) Mary não sabe onde no sul da França Gérard mora.

Essa implicatura é facilmente explicada em termos das máximas de Grice. A resposta de Mary é menos informativa que a primeira máxima de quantidade ('Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerida') sugeriria. "Essa

infração [...] pode ser explicada somente pela suposição de que [Mary] está consciente de que ser mais informativa seria dizer algo que infringiria a segunda máxima de Qualidade: “Não diga aquilo para o qual você não tem evidência” (GRICE, 1989, p. 32-33).

Na versão não revisada da teoria da relevância, teríamos de explicar essa implicatura notando que, na situação descrita, geralmente, seria mutuamente manifesto que se espera e se deseja que Mary coopere no planejamento do feriado na França. Dessa suposição, em conjunto com o fato de que sua réplica não é relevante o suficiente para a resposta da questão de Peter, pode ser inferido que ela não sabe exatamente onde Gérard mora. Então, não somente (16) é manifesto, mas, dada a cooperação de Mary, é mutuamente manifesto que ele desejaria que (16) fosse manifesto. Então (16) é uma implicatura própria.

Essa análise admite a presença, nessa situação particular, de uma espécie de cooperação que Grice considera haver no princípio de cada conversação. Temos argumentado que a cooperação griceana nem sempre opera e nem sempre se presume operar. Em circunstâncias onde não se espera que o falante seja cooperativo, não se completam implicaturas do tipo em (16).

Suponha, por exemplo, que é mutuamente manifesto que Mary é radicalmente contra visitar Gérard. Então, sua resposta não conduz à implicatura em (16). Ela pode não ter uma informação mais precisa sobre o paradeiro de Gerard, ou pode tê-la, mas ser relutante em dá-la e não mencioná-la. Aqui, um griceano *stricto sensu* teria de dizer que Mary está ao menos parcialmente ‘não se envolvendo’ com o Princípio de Cooperação e a primeira máxima de Quantidade. Justamente como teríamos, para explicar a implicatura griceana em (16), que adicionar a suposição contextual de que o falante é cooperativo, assim um griceano teria de explicar a ausência da implicatura, adicionando a suposição de que o falante é não-cooperativo.

Note-se que o mesmo diálogo poderia conduzir a uma implicatura diferente. Suponha que é mutuamente manifesto que Mary sabe onde Gérard mora. Então sua resposta em (15b) implicaria não (16), mas (17):

(17) Mary está relutante em dizer exatamente onde Gérard mora.

Isso gera um problema para os griceanos, desde que ela viola o Princípio Cooperativo e a Primeira Máxima de Quantidade, e supõe-se que as implicaturas

são geradas somente com a suposição de que o Princípio de Cooperação está operando. Com a versão não-revisada da presunção de relevância, esse exemplo também teria gerado um problema para nós. Suponhamos que a informação de que Gérard mora no sul da França é relevante o suficiente para merecer a atenção de Peter (mesmo que menos relevante do que ele desejaria). Então, em nossa abordagem não-revisada, Peter pararia antes de construir a implicatura em (17).

Com a presunção de relevância revisada, nós podemos explicar as implicaturas griceanas padrão, como a (16), e implicaturas não-griceanas tais como (17), que são causadas pela expressa recusa de cooperação. Em (15), se é mutuamente manifesto que Mary gostaria de ser mais específica sobre onde Gérard mora, então sua resposta, junto com a cláusula (b) da presunção de relevância revisada, implicará que ela é incapaz de ser mais específica. Se é mutuamente manifesto que essa implicação aumenta a relevância de seu enunciado, então será não exatamente sugerida, mas implicada. Por outro lado, se é mutuamente manifesto que Mary poderia ter sido mais específica, então sua resposta, em conjunto com a cláusula (b) da presunção de relevância, implicará que ela não se dispõe a ser mais específica. De novo, se é mutuamente manifesto que essa implicação aumenta a relevância de seu enunciado, ela será uma implicatura.

Observe-se que aqui nós estamos fazendo uma asserção sutil e não-óbvia. Estamos asseverando que se é mutuamente manifesto ao comunicador e à audiência que a suposição contextualmente implicada por um enunciado aumenta sua relevância global, então é (em geral) mutuamente manifesto que o comunicador pretendeu que essa implicação fosse manifesta. Em outras palavras, essa suposição é comunicada (como uma implicatura). Isso decorre da cláusula (b) da presunção de relevância revisada, que postula que um enunciado é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador. Se uma implicação mutuamente manifesta do enunciado contribui para a relevância global e, assim, ajuda a confirmar a presunção de relevância ótima, a inferência de que o comunicador pretendeu jogar esse papel é segura. É óbvio que o comunicador é capaz de implicar essa suposição. Há evidência de que ele está disposto a implicá-la, desde que voluntariamente escolheu uma forma de enunciado que de forma manifesta conduz a essa implicação, a qual ajuda a confirmar a presunção de relevância que ele próprio comunicou.

A asserção de que implicações manifestadamente relevantes podem ser tratadas como implicaturas tem uma conseqüência direta. Por vezes, o destinatário pode justificadamente atribuir ao comunicador uma implicatura que ele nunca de fato pretendeu comunicar. Dito de outra forma, pode ser que a inferência do fato mutuamente manifesto de que uma implicação é relevante para a conclusão do que é implicado (isto é, tornado intencionalmente manifesto) é não-demonstrativa, e ela pode ocasionalmente ser falsa. Considere uma versão um pouco diferente do diálogo (15) acima. É mutuamente manifesto a Mary e Peter que Mary está disposta a dar a ele todas as informações relevantes que ela tem:

(18) (a) Peter: Você disse que esteve em contato com Gérard. Onde ele mora?

(b) Mary: Em algum lugar no sul da França, eu não sei exatamente onde.

Em (18b), Mary diz que não sabe onde Gérard mora exatamente. Como se observa, esse enunciado, sem explicações posteriores, implica contextualmente que ela informou Peter equivocadamente, quando disse estar em conato com Gérard. Ela poderia não ter pretendido tornar essa implicação manifesta, e, a *fortiori*, poderia não ter querido implicá-la. Todavia, a menos que ela explicitamente cancele a implicatura (por exemplo, explicando como é que ela não sabe onde Gérard mora, a despeito de ter estado em contato com ele), será tomado como implicitamente admitido que ela informou Peter erradamente. Como esse exemplo mostra, assim como a escolha de palavras pode conduzir um falante a explicaturas não desejadas, também as implicações contextuais de um enunciado podem levar um falante a implicaturas indesejadas.

O segundo tipo de caso onde uma presunção de relevância revisada gera melhores análises tem sido muito discutido na literatura sob o rótulo de 'implicaturas escalares'³³. Eis, aqui, um exemplo típico. Na maioria das situações, o enunciado (19) implicaria (20) ou (21):

(19) Alguns de nossos vizinhos têm bichos de estimação.

(20) Nem todos os nossos vizinhos têm bichos de estimação.

³³ Veja-se Carston, 1988a, no prelo b; Harnish, 1976; Horn, 1984, 1988; Levinson, 1987, 1988.

(21) O falante não sabe se todos os seus vizinhos têm bichos de estimação.

Essas implicaturas nem sempre se completam, como testemunham (22) e (23).

(22) Alguns de nossos vizinhos certamente têm bichos de estimação; talvez todos.

(23) (a) Peter: Alguns de nossos vizinhos têm gatos, cachorros, peixinhos, esse tipo de coisas?

(b) Mary: Sim, alguns de nossos vizinhos têm bichos de estimação; de fato, todos eles têm.

À primeira vista, esses fatos são razoavelmente bem explicados em termos griceanos. Um falante que soubesse que todos seus vizinhos têm bichos de estimação e que meramente dissesse, sem o tipo de qualificações em (22) e (23), que alguns de seus vizinhos têm bichos de estimação, estaria dando menos informação do que o requerido pela primeira máxima de Quantidade. Para preservar a suposição de que o falante está obedecendo às máximas griceanas, o ouvinte deve entender o enunciado como implicando que o falante não sabe se todos os vizinhos têm bichos de estimação, ou mais fortemente, que nem todos eles têm.

Essa perspectiva griceana não é isenta de fraquezas. Ela deixa aberta a questão de quanta informação é requerida em dada ocasião pela primeira máxima de quantidade – e, conseqüentemente, de quando ‘alguns’ conduz realmente a uma implicatura. Também não oferece uma maneira óbvia de decidir quando ‘alguns’ implica ‘nem todos’ (o que parece acontecer na maior parte do tempo) e quando meramente implica ignorância da parte do falante. Além disso, ‘algum’ conduz a ‘nem todos’ tão freqüentemente, que a implicatura de um ou de outro é considerada pela maioria dos griceanos (por exemplo, Levinson, 1987) como um caso de implicatura generalizada, trabalhando como inferência *default* automaticamente feita, impossivelmente pensada na presença de evidência negativa.³⁴

³⁴ Veja-se Carston (no prelo b) para discussão da abordagem de Levinson de um ponto de vista baseado na relevância.

Na versão não-revisada da teoria da relevância, um exemplo como (19) gera o seguinte problema. Considere a situação onde o fato de (ao menos) alguns dos vizinhos do falante terem bichos de estimação fosse relevante o suficiente para merecer a atenção do ouvinte. Então, tendo recuperado essa interpretação básica (em que ‘algum’ é compatível com ‘todos’), o ouvinte não teria nenhuma razão para ir em frente e supor que o falante quis significar ‘algum, mas não todos’. Esse não é um resultado completamente indesejável. Em alguns casos, ele faz a predição correta, como no seguinte diálogo:

(24) (a) Henry: Se você ou algum de seus vizinhos têm bichos de estimação, você não deveria usar esse pesticida em seu jardim.

(b) Mary: Obrigada. Nós não temos bichos de estimação, mas alguns de nossos vizinhos certamente têm.

Aqui, parece-nos que o fato de ao menos alguns dos vizinhos de Mary terem bichos de estimação é relevante o suficiente, e não há razão para assumir que ela pretendeu dizer que nem todos eles têm (ou que ela não sabe se todos têm). Griceanos, que tratam a inferência de ‘algum’ para ‘não todos’ como uma implicatura generalizada, teriam de asseverar que o enunciado de Mary não tem essa implicatura ou que o ouvinte de (24b) faria primeiro essa inferência e então (por que razão?) a cancelaria. Nenhuma hipótese parece plausível para nós.

Todavia, em alguns casos, as predições da presunção de relevância não-revisada não são obviamente corretas. Isso acontece quando a interpretação básica de ‘algum’ (onde ‘algum’ é compatível com ‘todos’) é relevante o suficiente para merecer a atenção do ouvinte, mas, quando deveria ser claramente mais relevante ao ouvinte saber se é ‘nem todos’, também é o caso. Um exemplo é (25):

(25) (a) Henry: Todos, ou ao menos algum, de seus vizinhos têm bichos de estimação?

(b) Mary: Alguns deles têm.

Aqui, Henry tornou manifesto que seria relevante para ele saber não só que alguns dos vizinhos de Mary têm bichos de estimação, mas se todos eles têm. Um modelo de relevância não-revisado, aplicado mecanicamente nesse

caso, faria a predição de que Henry pararia na primeira interpretação que é relevante o suficiente; esta é claramente a única que Mary comunicou: que ela tem ao menos alguns vizinhos que têm bichos de estimação, e nada mais. Essa predição é manifestadamente errada. A resposta de Mary seria tomada como significando que nem todos os seus vizinhos têm bichos de estimação.

Seria fácil, obviamente, aplicar o modelo de relevância flexivelmente: pode-se asseverar, por exemplo, que alguém que pergunta algo automaticamente torna manifesto que aquilo que ele consideraria relevante o suficiente é nada menos que uma resposta plena para sua questão, ou um enunciado ao menos tão relevante como tal. Neste caso, a resposta de Mary (25b), compreendida como transmitindo somente que ela tem ao menos alguns vizinhos com bichos de estimação, não seria relevante o suficiente. Considerações de relevância *standard* levariam a uma interpretação implicando³⁵ que nem todos seus vizinhos têm bichos de estimação, satisfazendo, desse modo, as expectativas de relevância adequada.

Todavia, nós preferimos mais um modelo que pode ser aplicado mecanicamente. Não é com isso que a ciência cognitiva está seriamente preocupada? O modelo de relevância revisado é muito mais satisfatório a esse respeito (com isso não queremos dizer que temos um modelo mecânico inteiramente-independente, mas que ao menos não precisamos invocar fatores especiais, embora plausíveis, para dar conta de casos nem tão especiais). Com a presunção de relevância revisada, a análise do exemplo (25) ocorre como segue. A resposta de Mary torna manifesto que ela é incapaz de ou não está disposta a informar a Peter que todos os seus vizinhos têm bichos de estimação. Cada implicação aumentaria a relevância de seu enunciado. De fato, na maioria das circunstâncias, a resposta de Mary tornará manifesto que ela é incapaz (antes que não estar disposta a). Essa inabilidade pode, por sua vez, ser explicada de duas maneiras: ou ela não sabe se todos os vizinhos têm bichos de estimação, ou ela sabe que nem todos eles têm. Se uma dessas suposições mutuamente incompatíveis é manifesta o suficiente, será (em geral) mutuamente manifesto que Mary pretendeu torná-la manifesta, desde que aumentasse a

³⁵ Para propósitos de exposição, não questionamos aqui a visão padrão de que uma interpretação global mais rica é alcançada por meio de uma implicatura. Todavia, como notamos acima, há evidência de que ao menos em alguns casos as assim chamadas 'implicaturas de quantidade' são casos de enriquecimentos.

relevância de seu enunciado e fosse compatível com suas preferências. A interpretação resultante é a única consistente com o princípio de relevância.

A resposta de Mary em (25) é um caso onde o falante escolheu deliberadamente expressar a proposição menos informativa quando uma proposição relacionada, igualmente acessível e mais informativa, não teria demandado mais esforço, ou de Mary ou do ouvinte. Todos esses casos têm uma análise similar. Se a proposição mais informativa não teria sido a mais relevante, não há implicatura. Se a proposição mais informativa teria sido mais relevante, o enunciado teria sido tomado como implicando ou que o falante não quer ou (mais comumente) que ele é incapaz de prover a informação mais relevante. No último caso, a incapacidade do comunicador pode ser devida ao seu desconhecimento sobre se a informação mais relevante é verdadeira ou falsa. Se qualquer dessas duas possibilidades é manifesta e relevante, ela será tratada como uma implicatura.

3.4 Muito cedo para concluir

Há muitos outros aspectos da teoria da relevância que gostaríamos de ver desenvolvidos, e que nós ou outros temos começado a trabalhar em artigos e palestras não-publicados. Muitos envolvem revisões locais da versão da teoria apresentadas nesse livro. Alguns abrem novas perspectivas que podem ser mais importantes no balanço geral da teoria do que as revisões presentes.

Estudos experimentais testando hipóteses com base na relevância começaram, e nós acreditamos que eles levarão a revisões, a novos *insights* e, talvez mais importante, a novos problemas a investigar. Aplicações interessantes da teoria para os estudos literários sugerem que ela poderia ser de alguma relevância, mais geral, nos estudos das várias produções culturais. Novos *insights* e novos problemas deveriam vir da modelagem formal da teoria, possivelmente com o uso de modelos de ativação mais ampla, que parecem particularmente bem adaptados para representar, de um lado, o papel da acessibilidade e, de outro, a maneira que os sistemas de computação podem ser guiados *on line* pela monitoração de seus esforços e efeitos. Dois domínios importantes e relacionados têm sido fortemente explorados de uma perspectiva da relevância: a teoria tem sido desenvolvida de um ponto de vista da audiência

de atos comunicativos, e sem levar em conta os fatores sociológicos complexos ricamente estudados pela sociolinguística. Os processos comunicativos operantes no comunicador e o caráter social e contextual da comunicação são, obviamente, essenciais a um quadro mais completo para o estudo daquilo em que, esperamos, a teoria da relevância pode contribuir, e do qual ela se beneficiará amplamente.

Nós próprios estamos trabalhando em uma descrição da compreensão inferencial revisada e mais detalhada, integrando, em particular, os processos envolvidos no enriquecimento e na compreensão da fala vaga e da metáfora. Este trabalho será apresentado em nosso próximo artigo *Relevance and Meaning*.

REFERÊNCIAS

ARIEL, M. **Accessing noun-phrase antecedents**. London: Routledge, 1990.

_____. Retrieving propositions from context: why and how. **Journal of Pragmatics**, v. 12, n. 5/6, p. 567-600, 1988.

ATLAS, J. **Philosophy without ambiguity**. Oxford: Clarendon, 1989.

AUSTIN, J. P. M. **The dark side of politeness: a pragmatic analysis of non-co-operative communication**, 1989. Tese, University of Canterbury, New Zealand.

BACH, K. Semantic slack: what is said and more. In: TSOHATZIDIS, S. **Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994a. p.267-291.

_____. Conversational implicatures. **Mind and Language**, v. 9, p. 124-162, 1994b.

_____; HARNISH, R. **Linguistic communication and speech acts**. Cambridge, MA: MIT press, 1979.

BARKOW, J; COSMIDES, L; TOOBY, J. **The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture**. New York: Oxford University, 1992.

BERG, J. The relevant relevance. **Journal of Pragmatics**, v. 16, n. 5, p. 411-425, 1991.

BERTOLET, R. **What is said**. Dordrecht: Kluwer, 1990.

BERTUCCELLI-PAPI, M. Determining the proposition expressed by an utterance; the role of "domain adverbs". **Textus**, v. 5, p. 123-140, 1992.

- BIRD, G. Relevance theory and speech acts. In: TSOHATZIDIS, S. **Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994. p.292-311.
- BLAKEMORE, D. Relevance theory. In: VERSCHUEREN, J; ÖSTMAN J-O.; BLOMMAERT, J. **Handbook of Pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, p. 443-452, 1995. (no prelo)
- _____. Relevance, poetic effects and social goals: a reply to Culpeper. **Language and Literature**, v. 3, n. 1, p. 49-59, 1994a.
- _____. Echo questions: a pragmatic account. **Língua**, v. 94, p. 197-211, 1994b.
- _____. The relevance of reformulations. **Language and Literature**, v. 2, n. 2, p. 101-120, 1993.
- _____. **Understanding utterances: an introduction to pragmatics**. Oxford: Blackwell, 1992.
- _____. Performatives and parentheticals. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. XCI, n.3, p. 197-213, 1990/1.
- _____. Constraints on interpretation. **Proceedings of the 16th annual meeting of the Berkeley Linguistic Society: general session and parasession on the legacy of Grice**, p. 363-370, 1990.
- _____. Linguistic form and pragmatic interpretation: the explicit and the implicit in: HICKEY, L. (Ed.) **The pragmatic of style**. London: Routledge, 1989, p. 28-51.
- _____. "So" as constraint on relevance. In: KEMPSON, R. **Mental representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University, 1988a. p. 183-195.
- _____. The organization of discourse. In: NEWMeyer, F. **Linguistics: the Cambridge survey**. Cambridge: Cambridge University, 1988b. V. IV, p. 229-250.
- _____. **Semantic constraints on relevance**. Oxford: Blackwell, 1987.
- BLASS, R. Are there logical relations in a text? **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 91-110, 1993.
- _____. **Relevance relations in discourse: a study with special reference to Sissala**. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- _____. Grammaticalisation of interpretive use: the case of ré in Sissala. **Lingua**, v. 94, p. 229-326, 1989.
- _____. Cohesion, coherence and relevance. **Notes on Linguistics**, v. 34, p. 41-64, 1986.
- BURTON-ROBERTS, N. Utterance, relevance and problems with text grammar. **Australian Journal of linguistics**, v. 5, n. 2, p. 285-296, 1985.

Posfácio da edição de 1995 de...

CAMPBELL, J. The relevant communication of rhetorical arguments. **Dissertation Abstracts International**, v. 51, n. 6; 2001A, 1990.

CARSTON, R. Metalinguistic negation and echoic use. **UCL Working Papers in Linguistics**, v. 6, p. 321-339, 1994. (no prelo a)

_____. Quantity maxims and generalized implicatures. [**UCL Working Papers in Linguistics**, v. 2, p. 1-31, 1990] (no prelo b)

_____. Syntax and pragmatics. In: **The encyclopaedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon; Aberdeen: Aberdeen University, 1993a.

_____. Conjunction and pragmatic effects. In: **The encyclopaedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon; Aberdeen: Aberdeen University, 1993b.

_____. Conjunction, explanation and relevance. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 27-48, 1993c.

_____. Implicature, explicature and truth-theoretic semantics in: KEMPSON, R. **Mental representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University, 1988a.

_____. Language and cognition. In: NEWMeyer, F. **Linguistics: the Cambridge survey**, v. I-IV. Cambridge: Cambridge University, 1988b. V. III, p. 38-68.

_____; UCHIDA, S (Eds.). **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. (no prelo)

CHAMETZKY, R. Pragmatics, prediction and relevance. **Journal of Pragmatics**, v. 17, n. 1, p. 63-81, 1992.

CHAROLLES, M. Coût, surcoût et perinence. **Cahiers de Linguistique Française**, v. 11, p. 127-147, 1990.

CHIAPPE, B.; KUKLA, A. Context selection and the frame problem. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 19, p. 529-530, 1996. (no prelo).

CLARK, B. Relevance and “pseudo-imperatives”. **Linguistics and Philosophy**, v. 16, p. 79-121, 1993a.

_____. Let and let's: procedural encoding and explicature. **Lingua**, v. 90, n 1/2, p. 173-200, 1993b.

_____. **Relevance theory and the semantics of non-declaratives**, 1991. Tese, University of London.

CULPEPER, J. Why relevance theory does explain “the relevance of reformulations”. **Language and Literature**, v. 3, n. 1, p. 43-48, 1994.

- DAVIS, S. (Ed.). **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University, 1991.
- DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.
- _____. Puisque: essai de description polyphonique. **Revue Romane**, n. 24: special issue "Analyses gramaticales du français" ed. by HERSLUND, M. et al, 1983.
- _____. **Les échelles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980.
- DURANT, A.; FABB, N. **Literary studies in action**. London: Routledge, 1990.
- ESCANDELL VIDAL, M. V. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Editorial Antropos, 1993.
- ESPINAL, T. The interpretation of no pas in Catalan. **Journal of Pragmatics**, v. 19, n. 1, p. 353-369, 1993.
- _____. The representation of disjunct constituents. **Language**, v. 67, p. 726-762, 1991.
- _____. **Anàlisis interpretetives i teoria lingüística**, 1985. Tese, University Autònoma, Barcelona.
- FABB, N. **Linguistics and literary theory**. Oxford: Blackwell, 1997. (no prelo)
- FABB, N. **Insight and arousal: the cognitive structure of intense aesthetic experience**. (em preparação)
- FERRAR, M. **The logic of the ludicrous: a pragmatic of humour**, 1993. Tese, University of London.
- FODOR, J. **The language of thought**. New York: Crowell, 1975.
- FORCEVILLE, C. **Pictorial metaphor in advertising**. Amesterdan: Vrije Universiteit, 1994a.
- _____. Pictorial metaphor in billboards: relevance theory perspectives. In: MÜLLER, J. (Ed.). **Towards a pragmatics of the audiovisual**. Munster, Nodus, 1994b
- FOSTER-COHEN, S. Exploring the boundary between syntax and pragmatics: relevance and the binding of pronouns. **Journal of Child Language**, n. 21, p. 237-255, 1994.
- FOWLER, A. Review on relevance: communication and cognition. **London Review of Books**, 30, March, 1989.
- FRETHEIM, T. Accessing contexts with intonation. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J (Eds) **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996a.
- _____. Pragmatic implications of "not until" in Norwegian. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J (Eds.). **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996b.

Posfácio da edição de 1995 de...

FRETHEIM, T.; GUNDEL, J (Eds.). **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

FRITH, U. **Autism: explaining the enigma**. Oxford: Blackwell, 1989.

GABBAY, D.; KEMPSON, R. Labelled abduction and relevance reasoning. In: SOAS Working Papers in Linguistics and Phonetics, 2, p. 41-84. **Proceedings of the workshop on non-standard queries and answers** (Toulouse, 1991).

GARNHAM, G.; PERNER, J. Does manifestness solve problems of mutuality? **The Behavioral and Brain Sciences**, v. 13, n. 1, p. 178-179, 1990.

GAZDAR, G. **Pragmatics: implicature, presupposition and logical form**. New York: Academic Press, 1979.

GIBBS, R. **The poetics of mind: figurative thought, language and understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Mutal knowledge and the psychology of conversational inference. **Journal of Pragmatics**, v. 11, n. 5, p. 561-588, 1987.

GIORA, R. On the informativeness requirement. **Journal of Pragmatics**, v. 12, n. 5/6, p. 547-565, 1988.

GOATLY, A. Register and the redemption of relevance theory: the case of metaphor. **Journal of the International Pragmatics Association**, v. 4, n. 2, p. 139-181, 1994.

GORAYSKA, B; LINDSEY, R. The roots of relevance. **Journal of Pragmatics**, v. 19, n. 4, p. 310-323, 1993.

GREEN, K. Relevance theory and the literary text: some problems and perspectives. **Journal of Literary Semantics**, v. 22, p. 207-217, 1993.

GRICE, H. P. **Studies in the way of words**. Cambridge, MA: Harvard University, 1989.

GROEFSEMA, M. Understood arguments: a semantic-pragmatic approach. **Lingua**, v. 96, p. 139-161, 1995. (no prelo)

_____. Can, may, must and should: a relevance-theoretic approach. **Journal of Linguistics**, n. 31, p. 53-79, 1995.

_____. **Processing for relevance: a pragmatically based account of how we process natural language**, 1992a. Tese, University of London.

_____. Can you pass the salt?: short-circuited implicatures? **Lingua**, v. 87, p. 103-135, 1992b.

- GRUNDY, P. **Doing pragmatics**. London: Edward Arnold, 1995.
- GUIJARRO MORALES, J. -L. (Ed.). **Pragmalingüística 1**. Cadiz: University of Cadiz, 1993.
- GUNDEL, J. Relevance theory meets the givenness hierarchy: an account of inferrables. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J (Eds.). **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 141-153.
- GUTT, E. -A. Relevance theory: a guide to successful communication in translation. **Lectures delivered at the Treenial Translation Workshop of UBS, Zimbabwe**. Summer Institut of Linguistics, Dallas; United Bible Societies, New York, 1992.
- _____. **Translation and relevance: cognition and context**. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. A theoretical account of translation: without a translation theory. **Target**, v. 2, n. 2, p. 135-164, 1990.
- _____. Towards an analysis of pragmatics connectives in Silt'i'. **Proceedings of the Eighth International Conference of Ethiopian Studies**: Addis Abeba University, p. 26-30, 1988.
- _____. Unraveling meaning: an introduction to relevance theory. **Notes on Translation**, v. 112, p. 10-20, 1986.
- HAEGEMAN, L. The interpretation of the particle da in West Flemish. **Lingua**, n. 90, n. 1/2, p. 11-128, 1993.
- _____. Be going to and will: a pragmatic account. **Journal of Linguistics**, v. 25, n. 2, p. 291-319, 1989.
- _____. The interpretation of inherent objects in English. **Australian Journal of Linguistics**, v. 7, n. 2, p. 223-248, 1987.
- HAMAMOTO, H. Irony from a cognitive perspective. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S (Eds.). **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 257-270. (no prelo)
- HAPPÉ, F. Communicative competence and theory of mind in autism: a test of relevance theory. **Cognition**, v. 48, n. 2, p. 101-119, 1993.
- _____. **Theory of mind and communication in autism**, 1992. Tese, University of London.
- _____. The autobiographical writings of three Asperger syndrome adults: problems of interpretation and implications for theory. In: FRITH, U. (Ed.). **Autism and Asperger syndrome**. Cambridge: Cambridge University, 1991.

Posfácio da edição de 1995 de...

HARNISH, R. M. Mood, meaning and speech acts. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994. p.405-459.

_____. Logical form and implicatures. In: BEVER, T; KATZ, J; LANGENDOEN, T. (Eds.). **An integrated theory of linguistic ability**. New York: Crowell, 1976. [Reimpresso In: DAVIS, S. (Ed.). **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University, 1991.]

HICKEY, L. (Ed.) **The pragmatic of style**. London: Routledge, 1989.

HIGASHIMORI, I. A relevance-theoretic analysis of even, sae/sura/mo/temo/ddemo/date/made. **English Literature Review**, n. 38, Kyoto Women's University, p. 51-80, 1994.

_____. Review of Kempson (Ed) Mental Representations. **English Linguistics**, v. 9, p. 335-356, 1992a.

_____. Except, but and relevance theory. **English Literature Review**, n. 36, Kyoto Women's University, p. 62-108, 1992b.

HIRST, D. Review on relevance. **Mind and Language**, v. 4, n.1/2, p, 138-146, 1989.

_____. Intonation, syntaxe, sémantique et pragmatique. **Sigma**, v. 11, p. 148-170, 1987.

HORN, L. The said and the unsaid. **Ohio State University Working Papers in Linguistics**, v. 40, p. 163-192, 1992.

_____. Pragmatic Theory in: NEWMAYER, F. (Ed.). **Linguistics: the Cambridge survey**, v. I-IV. Cambridge: Cambridge University, 1988. V. I, p. 113-145.

_____. A new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicatures. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.). **Meaning, form and use in context**. Washington, DC: Georgetown University, 1984. p. 11-42.

HYMES, S. A theory of verbal irony and a Chinookan pattern of verbal exchange. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCELLI-PAPI, M (Eds.). **The pragmatic perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 293-337.

IFANDIDOU, E. **Evidential and relevance**, 1994. Tese, University of London.

IFANDIDOU-TROUKI, E. Sentential adverbs and relevance. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 65-90, 1993.

ITANI, R. **Semantics and pragmatics of hedges in English and Japanese**, 1995. Tese, University of London.

JAYEZ, J. L'analyse da la notion de pertinence d'après Sperber et Wilson. **Sigma**, v. 10, p. 7-46, 1986.

JIANG, Y. **A procedural account of Chinese quantification**. Artigo apresentado para o Third International Conference on Chinese Linguistics, Cidade Politécnica de Hong Kong. No prelo dos Artigos Seleccionados do ICCL-3, 1994.

JODLOWIEC, M. **The role of relevance in the interpretation of verbal jokes: a pragmatic analysis**. Tese, Jagiellonian University, Krakow, 1991.

JUCKER, A. The relevance of politeness. **Multilingua**, v. 7, n. 4, p. 375-384, 1988.

KANDOLE, C. On the difference between explicatures and impicatures in relevance theory. **Nordical Journal of Linguistics**, v. 16, n. 1, p. 33-46, 1993.

KASHER, A. **Pragmatics: critical concepts**. London: Routledge, [1998]. (no prelo)

_____. Modular speech-act theory: programme and results. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives**. London: Routledge, 1994. p. 312-322.

KEMPSON, R. Semantics, pragmatics and natural-language interpretation. In: IAPPIN, S. (Ed.). **The handbook of contemporary semantic theory**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 561-598. (no prelo)

_____. **Mental representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University, 1988a.

_____. Grammar and conversational principles. In: NEWMeyer, F. (Ed.). **Linguistics: the Cambridge survey**, v. I-IV. Cambridge: Cambridge University, 1988b. V. II, p. 139-163.

_____. Logical form: the grammar-cognition interface. **Journal of Linguistics**, v. 24, n. 2, p. 393-431, 1988c.

KIPARSKY, P. On theory and interpretation. In: FABB, N. et alii. **The linguistics of writing: arguments between language and literature**. Manchester: Manchester University, 1987.

KLEIBER, G. Article défini: unicité et pertinence. **Revue Roumane**, v. 27, n. 1, p. 61-89, 1992.

_____. Marqueurs référentiels et processus antéprécatifs: pour une approche "plus sémantique". **Cahiers de linguistique française**, v. 11, p. 2141-2158, 1990.

KÖNIG, E. A relevance-theoretic approach to the analysis of modal particles in German. **Multilingua**, v. 10, n. 1/2, p. 63-77, 1991a.

_____. **The meaning of focus particles: a comparative perspective**. London: Routledge, 1991b.

KREUZ, R.; GLUCKSBERG, S. How to be sarcastic: the echoic reminder theory of verbal irony. **Journal of Experimental Psychology: general**, n. 118, p. 374-386, 1989.

Posfácio da edição de 1995 de...

LEECH, G.; THOMAS, J. Language, meaning and context: pragmatics. In: COLLINGE, N. (Ed.). **An encyclopedia of language**. London: Routledge, 1990. p. 173-205.

LESLIE, A. Review on relevance. **Mind and Language**, v. 4, n. 1/2, p. 147-150, 1989.

LEVINSON, S. A review on relevance. **Journal of Linguistics**, v. 25, n. 2, p. 455-472, 1989.

_____. **Generalised conversational implicatures and the semantics-pragmatics interface**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. Minimization and conversational inference. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCCELLI-PAPI, M. (Eds.). **The pragmatic perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 61-129.

_____. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University, 1983.

LUNN, P. The Spanish subjunctive and relevance. In: KIRSCHNER, C.; de CESARIS, J. (Eds.). **Studies in Romance linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

MAO, L. **Pragmatic universals and their implications**. 1992. Tese, University of Minnesota. Dissertations Abstracts International 52.8: 2908A.

MARTIN, R. Irony and universe of belief. **Lingua**, v. 87, p. 77-90, 1992.

MATSUI, T. **Bridging and relevance**. 1995. Tese, University of London.

_____. Bridging reference and the notions of topic and focus. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 49-68, 1993.

MAYHER, J. **Uncommon sense: theoretical practice in language education**. London: Heinemann, 1990.

MEY, J., TALBOT, M. Computation and the soul. **Journal of Pragmatics**, v. 12, p. 743-789, 1988.

MITSUNOBU, M. **A relevance theory bibliography**. Department of English, Tokyo Metropolitan University, 1993.

MOESCHLER, J. Relevance and conversation. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 149-171, 1993.

_____. Aspects pragmatiques de la reference temporelle: indetermination, ordre temporal et inference. **Langages**, v. 112, p. 39-54, 1993b.

_____. Une, deux, ou trois négations? **Langue Française**, v. 94, n. 8-25, 1992.

_____. The pragmatic aspects of linguistic negation: speech acts, argumentation and pragmatic inference. **Argumentation**, v. 6, p. 51-75, 1991.

_____. **Modélisation du dialogue**: representation de l'inférence argumentative. Paris: Hermès, 1989a.

_____. (Ed.). Argumentation, relevance and discourse. **Argumentation**, v. 3, n. 3, Dordrecht: Kluwer, 1989b.

_____.; REBOUL, A. **Dictionnaire encyclopédique de pragmatique**. Paris: Seuil, 1994.

_____.; _____.; LUSCHER, J-M; JAYEZ, J. Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1994.

NASTA, D. **Meaning in film**: relevant structures in soundtrack and narrative. Bern: Peter Lang, 1991.

NEALE, S. Paul Grice and the philosophy of language. **Linguistics and Philosophy**, v. 15, n. 5, p. 509-559, 1992.

NEBESKA, I. Muze byt relevance postacujicim principem komunikace? **Slovo a Slovesnost**, v. 52, n. 5, p. 104-18, 1991.

NISHIYAMA, Y. Gengay no Imi wo Toraeru (How to read between the lines. **Gengo**, v. 24, n. 4, p. 30-39, 1995

_____. Kontekusutu-kouka to Kanrensei: kanrensei-riroin no Mondai-tem (Contextual effects and relevance: some problems of relevance theory). **Eigo Seinen**, v. 139, n. 5, p. 14-16, 1993.

_____. Hatsuwa-kaishaku to Ninchi: on Kanrensei-riron nitsuite (Utterance interpretation and cognition: on relevance theory). In: ANZAI, Y. et alii. **Ninchi-kagaku Hando-bukku** (Handbook of cognitive science). Tokyo: Kyoritsu, 1992.

NÆLKE, H. Pertinence et modalisateurs d'énonciation. **Cahiers de Linguistique Française**, n. 11, 1990.

O'NEILL, J. Relevance and pragmatic inference. **Theoretical Linguistics**, v. 15, p. 241-261, 1988.

PATEMAN, T. Relevance, contextual effects and least effort. **Poetics Today**, v. 7, n. 4, p. 745-754, 1986.

PERRIN, L. **L'ironie mise en trope, du sens littéral aus sens figuré**. Tese, University of Geneva, no prelo.

PILKINGTON, A. **Poetic thoughts and poetic effects**. 1994. Tese, University of London.

_____. Poetics effects. **Lingua**, v. 87, n. 1/2, p. 29-51, 1992

Posfácio da edição de 1995 de...

_____. The literary reading process: a relevance theory perspective. In: IBSCH, E et alii (Eds). *Empirical studies of literature. Proceedings of the Second IGEL Conference* (Amsterdam, 1989). Amsterdam: Rodopi, 1991.

POLITZER, G. **La psychologie du raisonnement**: lois de la pragmatique et de la logique formelle. These de Doctorat d'Etat, University of Paris VIII, 1993.

_____. Characterizing spontaneous inferences. **The Behavioral and Brain Sciences**, v. 13, n. 1, p. 177-178, 1990.

POSNANSKI, V. **A relevance-based utterance processing system**. 1992. Tese, Cambridge University. Technical Report, No. 246.

REBOUL, A. L'anaphore pronominale: le problème de l'attribution des référents. In: MOESCHLER et alii. **Langage et pertinence**: reference temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1994a.

_____. The description of lies in speech-act theory. In: PARRET, H. (Ed.). **Pretending to communicate**. Berlin: Walter de Gruyter, 1994b.

_____. What (if anything) is accessibility? A relevance-oriented criticism of Ariel's Accessibility Theory of referring expressions. **Acts of the International Conference on Functional Grammar**. (York, 1994c).

_____. **Rhétorique et stylistique de la fiction**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992a.

_____. How much *am I* and how much *is she I*? **Lingua**, v. 47, p. 162-202, 1992b.

_____. **Analyse de la métaphore et de la fiction**. 1990a. Tese, University of Geneva.

_____. The logical status of fictional discourse: what Searle's speaker can't say to his hearer. In: BURKHARDT, A. (Ed.). **Speech acts, meaning and intentions**: critical approaches to the philosophy of John Searle. Berlin: Walter de Gruyter, 1990b.

RÉCANATI, F. The alleged priority of literal interpretation. **Cognitive Science**, v. 19, p. 207-232, 1995. (no prelo)

_____. Contextualism and anti-contextualism in the philosophy of language. In: TSOHATZIDIS, S. (Ed.). **Foundations of speech act theory**: philosophical and linguistic perspectives. London: Routledge, 1994. p. 156-166.

_____. **Direct reference**: from language to thought. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. The pragmatic of what is said. **Mind and Language**, v. 4, n. 4, p. 295-329, 1989. [Reimpresso in: DAVIS, S. (Ed.). **Pragmatics**: a reader. Oxford: Oxford University, 1991.]

- _____. **Meaning and force**. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- RICHARDS, C. Inferential pragmatics and the literary text. **Journal of Pragmatics**, v. 9, p. 261-285, 1985.
- ROBERTS, L. Relevance as an explanation of communication. **Linguistics and Philosophy**, v. 14, n. 4, p. 453-472, 1991.
- ROUCHOTA, V. **The semantics and pragmatics of the subjunctive in Modern Greek** – a relevante-theoretic approach. 1994a. Tese, University of London.
- _____. Na-interrogatives in moder Greek: their interpretation and relevance. In: PHILIPPAKI-WARBURTON, I. et alii (Eds.). **Themes in Greek linguistics: papers from the 1st International Conference on Greek Linguistics** (Reading, 1993). Amsterdan: John Benjamins, 1994b. p. 177-184.
- _____. The subjunctive in modern Greek: dividing the labour between semantics and pragmatics. **Journal of Modern Greek Studies**, v. 12, p. 185-201, 1994c.
- _____. On indefinite descriptions. **Journal of Linguistics**, n. 30, p. 441-475, 1994d.
- _____. On the inferential-attributive distinction. **Língua**, v. 87, n. 1/2, p. 137-167, 1992.
- SADOCK, J. Remarks on the paper by Deirdre Wilson and Dan Sperber', in parasession on pragmatics and grammatical theory. **Chicago Linguistics Society**, v. 22, p. 85-90, 1986.
- SÁNCHEZ de ZAVALA, C. Sobre la nueva teoria de la pertinencia. In: DEMONTE, V.; GARZA GUARON, B (Eds.). **Estudios de lingüística de España y México**. México: Universidad Nacional Autonoma de México, 1990. p. 273-299.
- SCANCARELLI, J. Interpretation in context: a cause of semantic change. **Cahiers de L'Institut Linguistique de Louvain**, v. 12, n. 1/2, p. 167-182, 1986.
- SETO, K. -I. On non-echoic irony. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S (Eds.). **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 239-255. (no prelo)
- SEUREN, P. The self-styling of relevance theory. **Jornal of Semantics**, v. 5, n. 2, p. 123-143, 1987.
- SINCLAIR, M. Fitting pragmatics into the mind: some issues in mentalist pragmatics. **Journal of Pragmatics**, n. 23, p. 509-539, 1995.
- _____; WINCKLER, W. Relevance theory: explaining verbal communication. **Stellenbosch Papers on Linguistics**, n. 18, 1991
- SMITH, N. Observations sur la pragmatique des temps. **Langages**, n. 112, p. 26-38, 1993.

Posfácio da edição de 1995 de...

_____. **The writer machine**. Oxford: Blackwell, 1989.

_____; SMITH, A. A relevance-theoretic account to conditionals. In: HYMAN, L.; LI, C. (Eds.). **Language, speech and mind**: essays in honor of Victoria Fromkin. London: Routledge, 1988.

_____; TSIMPLI, I. **The mind of savant**. Oxford: Blackwell, 1995.

_____; WILSON, D. Introduction to the special issue on relevance theory. **Lingua**, v. 87, n. 1/2, p. 1-10, 1992.

SPERBER, D. Understanding verbal understanding. In: KHALFA, J. (Ed.). **What is intelligence?** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____; CARA, F.; GIROTTO, V. Relevance theory explains the selection task. **Cognition**, v. 57, p. 31-95, 1995. (no prelo)

_____; WILSON, D. Fodor's frame problem and relevance theory (reply to Chiappe and Kukla). **Behavioral and Brain Sciences**, v. 19, p. 530-532, 1996. (no prelo)

_____; _____. **Relevance**: communication & cognition. 2nd ed. Cambridge, MA: Harvard University, 1995.

_____; _____. Spontaneous deduction and mutual knowledge. **The Behavioral and Brain Sciences**, v. 3, n. 1, p. 179-184, 1990.

_____; _____. Précis of relevance. **The Behavioral and Brain Sciences**, v. 10, n. 4, p. 697-710, 1987a.

_____; _____. Presumptions of relevance. **The Behavioral and Brain Sciences**, v. 10, n. 4, p. 736-754, 1987b.

_____; _____. **Relevance**: communication & cognition. Cambridge, MA: Harvard University, 1986.

STANTON, R. Using non-sentences: an application of relevance theory. **Pragmatics and Cognition**, v. 2, n. 2, p. 269-284, 1994.

_____. **Non-sentential assertions**. 1993. Tese, MIT.

SUN, Yu. Pragmatic inference in relevance theory. **Waiguoyu**, v. 4, n. 86, p. 39-43, 1993.

TANAKA, K. **Advertising language**: a pragmatic approach to advertisements in Britain and Japan. London: Routledge, 1994.

_____. The pun in advertising: a pragmatic approach. **Lingua**, v. 87, n. 1/2, p. 91-102, 1992.

TAYLOR, J. Possessives and relevance. **Stellenbosch Papers in Linguistics**, v. 26, p. 14-34, 1993.

_____; CAMERON, D. **Analysing conversation**. New York: Pergamon, 1987.

TOOLAN, M. On relevance theory. In: WOLF, G (Ed.). **New departures in Linguistics**. New York: Garland, 1992. p. 146-162.

TRAVIS, C. Critical notice of relevance. **Canadian Journal of Philosophy**, v. 2, 1990.

TROTTER, D. Analysing literary prose: the relevance of relevance theory. **Lingua**, v. 87, n. 1/2, p. 11-27, 1992.

UCHIDA, S. Text and relevance In: CARSTON, R.; UCHIDA, S (Eds.). **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 161-178. (no prelo)

UNGER, C. **The scope of discourse connectives and its relation to the utterance in which it occurs**. 1994. Dissertação, University College London.

VANDEPITTE, S. **A pragmatic study of the expression and the interpretation of causality: conjuncts and conjunctions in modern spoken British English**. Koninklijke Academie voor Wetenschappen, Letteren en Scone Kunsten van België, Brussels, 1993.

VICENTE, B. Metaphor, meaning and comprehension. **Pragmatics**, v. 2, p. 49-62, 1992.

WALKER, R. Review of Relevance. **Mind and Language**, v. 4, n. 1/2, p. 151-159, 1989.

WATSON, R. Relevance and definition. **Journal of Child Language**, v. 22, p. 211-222, 1995.

WILKS, Y., CUNNINGHAM, C. A purported theory of relevance. In: MEY, J. (Eds.). **Language and discourse: text and protest**. Amsterdam: John Benjamins, 1986.

WILSON, D. Relevance and understanding. In: BROWN, G. et alii. **Language and understanding**. Oxford: Oxford University, 1994a. p. 35-58.

_____. **Truth, coherence and relevance**. Artigo enviado à European Society for Philosophy and Psychology, July, 1994b.

_____. Reference and relevance. **UCL Working Papers in Linguistics**, v. 4, p. 165-191, 1992.

_____. **Presuppositions and non-truth-conditionals semantics**. London: Academic Press, 1975.

_____; SMITH, N. (Eds.). Special issue on relevance theory (volume 2). **Lingua**, v. 90, n. 1/2, 1993.

Posfácio da edição de 1995 de...

_____; _____. (Eds.). Special issue on relevance theory (volume 1). **Lingua**, v. 87, n. 1/2, 1992.

_____; SPERBER, D. Pragmatics and time. In: CARSTON, R.; UCHIDA, S (Eds.). **Relevance Theory: applications and implications**. Amsterdam: John Benjamins, 1998, p. 1-22. (no prelo)

_____; _____. Linguistic form and relevance. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, 1993, p. 1-25.

_____; _____. Mood and the analysis of non-declarative sentences. In: DANCY, J.; MORAVCSIK, J.; TAYLOR, C. **Human agency: language, duty and value**. Stanford, CA: Stanford University, 1988a. p. 77-101.

_____; _____. The self-appointment of Seuren as censor: a reply a Pieter Seuren. **Journal of Semantics**, v. 5, p. 145-162.

_____; _____. Representations and relevance. In: KEMPSON, R. **Mental representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University, 1988b. p. 133-153.

_____; _____. Inference and implicature. In: TRAVIS, C. (Ed.). **Meaning and interpretation**. Oxford: Blackwell, 1986a. p. 43-75. [Reimpresso in: DAVIS, S. (Ed.). **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University, 1991. p. 377-393.]

_____; _____. Pragmatics and modularity. In: Parasession on pragmatics and grammatical theory. **Chicago Linguistics Society**, v. 22, p. 67-84, 1986b. [Reimpresso in: DAVIS, S. (Ed.). **Pragmatics: a reader**. Oxford: Oxford University, 1991, p. 583-595.]

_____; _____. An outline of relevance theory. In: ALVES, H. O. (Ed.). **Encontro de Linguistas: acta**. Portugal: Universidade do Minho, 1986c. [Reimpresso in: **Notes on Linguistics**, 1987, v. 39, p. 5-24, 1987.]

WILSON, J. **Politically speaking: the pragmatic analysis of political language**. Oxford: Blackwell, 1990.

WINCKLER, W; van der MERWE, C. Training tomorrow's bible translators: some theoretical pointers. **Journal of Northwest Semitic Languages**, v. 19, p. 41-58, 1993.

YOSHIMURA, A. Explicature and implicatures formation in the modeling of metaphor and metonymy. **Osaka University Papers in English Linguistics I**, p. 175-184, 1993a.

_____. Pragmatic and cognitive aspects of negative polarity. **Osaka University Papers in English Linguistics I**, p. 141-173, 1993b.

ZEGARAC, V. Some observations on the pragmatics of the progressive. **Lingua**, v. 90, n. 1/2, p. 201-220, 1993.

_____. **Tense, aspect and relevance.** 1991. Tese, University of London.

ZIV, Y. On the rationality of “Relevance” and the relevance of “Rationality”. **Journal of Pragmatics**, v. 12, n. 5/6, p. 535-545, 1988.

(Texto republicado – sem data de tramitação.)

Title: Postscript from the 1995 edition of “*Relevance: communication & cognition*”

Authors: Dan Sperber e Deirdre Wilson

Abstract: This text reviews the principle of relevance as defined in the 1986 edition of “*Relevance: communication & cognition*”, as well as some notions related to it. From this review results a systematization of two principles: the first, cognitive, postulates that human communication tends to be geared towards the maximization of relevance; the second, communicative, kept as in the original work, establishes that each ostensive communicative act communicates an assumption of its own optimal relevance. In addition, the authors discuss developments and perspectives of the Relevance Theory.

Keywords: pragmatics; communication; cognition; relevance theory.

Titre: Postface de l'édition de 1995 du livre “*Relevance: communication & cognition*”

Auteur: Dan Sperber e Deirdre Wilson

Résumé: Ce texte fait la révision du principe de la pertinence défini en “*Relevance: communication & cognition*” de 1986 et quelques notions qui ont un rapport avec lui. De cette révision en résulte la systématisation de deux principes: le premier, cognitif, postule que la cognition humaine tend à être dirigée vers la maximisation de la pertinence; et le deuxième, communicatif, se conservant comme dans l'œuvre d'origine, établi que chaque acte de communication ostensive communique une présomption optimale. En outre, on discute, ici, les développements et les perspectives de la Théorie de la Relevance.

Mots-clés: pragmatique; communication; cognition; théorie de la pertinence.

Título: Epílogo de la edición de 1995 del libro “*Relevance: communication & cognition*”

Autores: Dan Sperber y Deirdre Wilson

Resumen: Este texto revisa el principio de relevancia, definido en “*Relevance: communication & cognition*”, de 1986, y algunas nociones a él relacionadas. De esta revisión resulta la sistematización de dos principios: el primero, cognoscitivo, postula que la cognición humana propende a ser dirigida hacia la maximización de la relevancia; el segundo, comunicativo, manteniéndose como en la obra inaugural, establece que cada acto de comunicación ostensiva comunica una presunción de su propia relevancia óptima. Además de ello, se discuten, aquí, los desarrollos y las perspectivas de la Teoría de la Relevancia.

Palabras-clave: pragmática; comunicación; cognición; teoría de la relevancia